



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 038

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 038

35ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Luiz Eduardo Cheida 07

Dep. Luciana Rafagnin 07

Dep. Luiz Claudio Romanelli 08

Dep. Caíto Quintana 13

Grande Expediente:

Dep. Waldyr Pugliesi 14

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 10

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 17

Dep. Ney Leprevost 20

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 18

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 19

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão/Votação

Redação Final 24

2ª Discussão 26

1ª Discussão 26

Requerimentos 29

Encerramento da Sessão 29*

DIÁRIO Nº 038

35ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 ABRIL DE 2009

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Osmar Bertoldi e Fernando Scanavaca.

Presenças:

À dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Plauto Miró, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (33).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton Welter, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Fábio Camargo, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo,

Péricles de Mello, Professor Lemos, Ribas Carli Filho e Teruo Kato (19).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Fernandes Litro e Reni Pereira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Curitiba, em 23/04/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente nas Sessões Plenárias dos dias 13 a 17 de abril, devido ao fato de estar em repouso, conforme orientação médica.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) ELIO RUSCH

Indicações

INDICAÇÃO Nº 416/09

SÚMULA:

Propõe que seja viabilizada a construção de uma creche para o Município de Lunardelli.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a viabilização de uma creche para o Município de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 23/04/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Moradores do Municípios supracitado estão solicitando a adoção de medidas no sentido de construir uma creche, uma vez que a falta deste recurso tem gerado uma série de transtornos. Muitas mulheres tem dificuldade de ingressar no mercado de trabalho ou ainda, possuem o orçamento por demais onerado, em função da ausência de uma creche da municipalidade para deixar seus filhos,

com tranquilidade e segurança. Assim sendo, solicita-se a elaboração de estudos no sentido de proceder ao atendimento a presente indicação a qual trata de interesse comunitário de relevante importância para a qualidade de vida da comunidade.

INDICAÇÃO Nº 417/09

SÚMULA:

Propõe que seja viabilizada ônibus escolar para o Município de Lunardelli.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a viabilização de um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 23/04/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 418/09

SÚMULA:

Propõe que seja viabilizada ônibus escolar para o Município de Santa Mariana.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a viabilização de um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 23/04/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 419/09

SÚMULA:

Propõe que seja viabilizada uma ambulância para o Distrito Panema - Município de Santa Mariana.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a viabilização de uma ambulância para o Distrito Panema - Município de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 23/04/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Moradores do Município supracitado é carente, contando com apenas 01 (um) posto de saúde, que proporciona atendimento básico, devendo os pacientes ser transportados para as Cidades circunvizinhas para exames específicos e maior atendimento, como internação. Motivo pelo qual se torna imprescindível esse benefício.

INDICAÇÃO Nº 420/09**SÚMULA:**

Propõe a regulamentação da Lei Complementar nº 094, de 09/09/02, que criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador Do Estado:

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se à V.Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a regulamentação das Lei Complementar nº 094, de 09/09/02, que criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná.

II - a solicitação justifica-se tendo em vista que a Lei Complementar nº 094 teve por finalidade criar uma agência para exercer o poder de regulação, normatização, controle, indicação e fiscalização dos serviços públicos delegados no Estado do Paraná e que a falta de regulamentação da lei acarreta enormes prejuízos à comunidade paranaense que fica desprotegida de uma agência criada para defendê-la.

Sala das Sessões, em 23/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 1697**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dionísio Lopes, falecido no último dia 01 do corrente na Cidade de Capitão Leônidas Marques.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 01 aos 77 anos de idade, o Sr. Dionísio Lopes, ex-Vice-Prefeito do Município Capitão Leônidas Marques.

Deixou viúva Dona Zélia Lopes, filhos, noras, genros e netos.

O passamento do Sr. Dionísio Lopes veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Parlamentar.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais o esquecerão a sua

maneira de ser, seus gestos, seu companheirismo e carinho dispensado a todos sempre serão lembrados.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Lopes, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1698

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação à Sra. Amanda Bocchi, pela merecida e respeitável conquista do título de Miss Brasil 2009, ocorrido no último dia 16 de abril, em Brasília/DF.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à própria homenageada no seu endereço residencial.

Sala das Sessões, em 23/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho, talento e beleza da paranaense Amanda Bocchi que de forma brilhante conquistou o disputadíssimo título de Miss Brasil 2009, servindo de exemplo e inspiração por esta e as próximas gerações.

Em uma competição de altíssimo nível a nossa homenageada representou de forma singular o nosso Estado e virou manchete e referência mundial no mundo da beleza.

Em outubro deste ano a nossa Miss Brasil representará o Paraná e o Brasil na competição Miss Globo internacional, na Europa.

Natural de Jandaia do Sul, com 21 anos, Amanda Bocchi Silveira teve o reconhecimento nacional de seu trabalho e sempre será considerado um orgulho para o Município, para toda a região, para o nosso querido Estado do Paraná e para o País. Sem dúvida alguma, a sua conquista representa com toda a sua excelência e qualidade a exaltação de nossa gente.

Ante do exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1695

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício aos Exmos. Srs. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná; Gilberto Berguio Martin, DD. Secretário de Estado da Saúde; e, Luiz Forte Neto, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a implantação de um Centro de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 23/04/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente é reiterar solicitação formulada ao Governo do Estado, no sentido de que o Município de Céu Azul seja contemplado, em caráter de urgência, com um Centro de Saúde da Mulher e da Criança.

Ressaltamos a importância de contemplar Céu Azul com este importante Programa do Governo do Estado, objetivando proporcionar um atendimento mais rápido e eficaz às gestantes e recém nascidos da comunidade, proporcionando assim a melhoria na qualidade de vida daquela população.

REQUERIMENTO Nº 1700

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER as seguintes informações do Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, através da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL:

Informar acerca da ocorrência ou não de inúmeras demissões de servidores nesta companhia. E se não ocorreu demissão em massa, informar o número e perfil dos funcionários demitidos nos últimos quatro meses deste ano. E se há alguma proposta de demissão incentivada ou previsão de demissões coletivas para os próximos meses.

Sala das Sessões, em 23/04/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações são fundamentais para que analisemos informações sobre demissões na COPEL ocorridas principalmente neste ano de 2009, e com estas informações poderemos esclarecer muitas dúvidas suscitadas.

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 175/09**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado às pessoas com deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, as contas de água, energia elétrica e telefonia acompanhadas de demonstrativos de consumo confeccionados em braile.

Parágrafo Único. Para o recebimento dos demonstrativos a que se refere o *caput* deste artigo, a pessoa com deficiência visual efetuará solicitação à empresa prestadora do serviço, onde será feito o seu cadastramento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23/04/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

É dever de o Estado proporcionar os meios adequados para facilitar o acesso e a integração das pessoas portadoras de necessidades especiais, em todos os setores

da sociedade. Nada mais justo que também as concessionárias de serviço público, prestadoras de serviços de água, energia elétrica e telefonia, entre outros, aprimorem o atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais, no caso específico, deficientes visuais, que têm direito, como consumidores, de conferir suas contas e de defender seus direitos, o que se tornará possível com a emissão dos boletos em braile. O projeto em epígrafe tem como escopo assegurar ao deficiente visual o acesso pessoal e direito aos valores referentes ao pagamento dos boletos correspondentes às tarifas de suas contas de água, energia elétrica e telefonia. Para isso, é imprescindível que o cidadão portador de deficiência visual disponha do meio adequado para conhecer o valor de suas obrigações pecuniárias para com a administração pública, em face do usufruto de um serviço público por ela prestado ou posto à sua disposição, seja diretamente, seja por meio de concessionárias prestadoras desses serviços. Assim, de acordo com o projeto, o portador de deficiência visual poderá solicitar o recebimento de boletos confeccionados em braile à empresa prestadora do serviço, que fará seu credenciamento. Nos termos do artigo 24, inciso XIV, da Constituição da República, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 176/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Estado apoiará iniciativas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores, nos termos desta lei.

Parágrafo Único. O Estado deverá apoiar, prioritariamente, iniciativas que envolvam as organizações de agricultores familiares, tais como associações e cooperativas, bem como a comercialização de produtos obtidos mediante práticas de manejo e cultivo de plantas, de criação de animais, de produção e utilização de insumos, de processamento e de distribuição que observem os princípios da agroecologia e os valores socioeconômicos e culturais dos agricultores familiares, de modo a assegurar a diversificação da produção, a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais e materiais.

Art. 2º O apoio de que trata esta lei tem por objetivos:

I - estimular a implantação de feiras livres municipais e de outras formas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores, observando-se os princípios da economia popular solidária e do comércio justo;

II - estimular o processamento de alimentos e produtos em agroindústrias familiares, visando a agregação de valor;

III - promover a melhoria de renda dos agricultores familiares;

IV - estimular a criação de alternativas de trabalho para moradores de áreas rurais;

V - fortalecer a economia local por meio da geração de postos de trabalho e da comercialização de alimentos, produtos e insumos produzidos no Município;

VI - estimular a oferta regular de alimentos e produtos saudáveis a baixo custo;

VII - auxiliar no combate a carências nutricionais e na promoção da segurança alimentar sustentável, em consonância com políticas públicas de segurança alimentar e nutricional sustentável;

VIII - promover o trabalho familiar e a organização de associações e cooperativas de agricultores familiares;

IX - promover instrumentos de fortalecimento das relações de gênero, com enfoque na maior participação das mulheres nos processos produtivos e de comercialização.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, compete ao Estado:

I - estimular a implantação de conselhos municipais voltados para a promoção do desenvolvimento rural sustentável;

II - prestar auxílio técnico:

a) na elaboração e implementação de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável;

b) na elaboração de legislação municipal que disponha sobre a criação e o funcionamento de feiras livres e de outras formas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores;

III - desenvolver atividades, projetos e obras para a implantação, a melhoria e a administração de feiras livres municipais e de outras formas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores;

IV - promover a capacitação de agentes públicos municipais;

V - desenvolver diagnósticos sobre as características e potencialidades do mercado consumidor de cada localidade;

VI - promover o cadastramento de agricultores familiares a serem beneficiados pelos programas decorrentes desta lei;

VII - fornecer assistência técnica e treinamento para os agricultores familiares nas atividades agrícolas, nos processos caseiros ou artesanais de beneficiamento, transformação e embalagem e na comercialização de produtos, de forma a atender às demandas do mercado consumidor local;

VIII - auxiliar no planejamento e na implantação da logística de transporte dos produtos a serem comercializados;

IX - disponibilizar ou doar ao poder público municipal barracas, equipamentos e instalações necessárias para a montagem e operacionalização de feiras livres ou de outras formas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores;

X - estabelecer linhas especiais de crédito para agricultores familiares ou suas organizações investirem na melhoria da estrutura de comercialização;

XI - promover campanhas de valorização e de divulgação de alimentos e produtos provenientes de atividades de agricultores familiares;

XII - promover encontros e outros eventos regionais e estaduais para divulgação de produtos da agricultura familiar;

XIII - consignar, na legislação orçamentária, recursos financeiros para o custeio de atividades, programas e obras voltados para os objetivos previstos nesta lei.

Parágrafo Único. Para os fins do disposto neste artigo, serão atendidos prioritariamente municípios de escassas condições de desenvolvimento socioeconômico e que já tenham implantado conselho municipal voltado para a promoção do desenvolvimento rural.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A agricultura familiar é um segmento de grande importância econômica e social para todas as regiões do Estado, pois, além de empregar cerca de 70% das pessoas que trabalham na área rural, tem grande participação na produção de diversos itens básicos da alimentação, como feijão, leite, ovos, carne, frutas, legumes e verduras. Dessa forma, esse setor, além de ser o principal gerador de trabalho rural, é também fundamental para a promoção e a garantia da segurança alimentar em áreas urbanas. Apesar da relevante contribuição da agricultura familiar para o Paraná e embora haja políticas de apoio já implantadas - como financiamentos e programas específicos -, a grande maioria dos produtores rurais que se dedicam à agricultura familiar apresentam níveis de renda muito baixos. Milhares deles não conseguem sequer adquirir outros artigos e alimentos de primeira necessidade produzidos por terceiros. Em nosso entendimento, um dos grandes óbices à melhoria da renda desses produtores é a dificuldade de comercializar, em pequena escala, sem atravessadores, produtos corriqueiros de suas propriedades, como hortifrutigranjeiros, queijos, grãos, farinhas e doces, além de artesanatos confeccionados com matéria-prima local. Nesse contexto, as feiras livres municipais apresentam-se como uma excelente alternativa para os agricultores familiares venderem seus produtos diretamente ao consumidor final, com ganhos significativos para todos, pois haverá melhoria de renda do produtor, maior disponibilidade de alimentos saudáveis e mais baratos para o consumidor e dinamização de economia local pela geração de empregos e maior circulação de mercadorias. Entretanto, dadas as notórias limitações da maioria dos Municípios paranaenses, é fundamental o apoio do Poder Público Estadual em diversas ações necessárias para a implantação e o fomento dessas feiras, como a elaboração de diagnósticos sobre as características e potencialidades do mercado consumidor

local, a assistência técnica e financeira nas fases de produção, de beneficiamento, de transporte e de comercialização e o cadastramento dos produtos, entre outras.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao 1º orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente Nelson Justus, nobres Pares.

Uma questão de suma importância parece estar passando despercebida e resolvi chamar a atenção sobre ela, embora a imprensa já tenha falado isso exaustivamente. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, apresentou ao País, na semana passada, uma relação dos produtos de consumo humano que mais tem agrotóxico, veneno. E colocou o pimentão como o maior delituoso, o maior infrator, com 64,36% do seu peso com agrotóxicos; seguido do moranguinho com 38%; da uva com 32%; da cenoura com 30%; da alface com 18%; do tomate com 18%; e outras coisas assim. Além disso, encontrou agrotóxico proibido por lei, como por exemplo, o Ometoato, que é usado no abacaxi, e o Metamido-fós que é usado no tomate, já proibidos em dezenas de Países, mas utilizados no nosso País.

Claro que isso é uma preocupação extraordinariamente grande, mas desta notícia ruim até que se extrai um caldinho de coisa boa, porque jamais, Deputado Edson Praczyk, pelo menos que eu lembre, a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, se preocupou em dosar a quantidade de veneno dos alimentos que consumimos. E se faz isso e divulga ao País, essa é uma notícia extraordinariamente auspiciosa, muito importante. Então, acredito que há alguma coisa que esteja mudando. Parece que há vida inteligente naquele planeta. Não era necessariamente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária que, talvez, devesse fazer isso, mas o Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura, mas já é um passo, no meu entendimento, importante. Pela primeira vez no País, um órgão governamental dosa e divulga a quantidade de veneno que está presente nos alimentos.

É claro que todos nós sabemos que os venenos, os agrotóxicos, são danosos à saúde. Naturalmente, só tem um jeito: o produtor plantar mais produtos orgânicos e o consumidor exigir produtos orgânicos lá na feira. Nesse particular, o Paraná tem dado um exemplo extraordinário. Pedi ao Centro Paranaense de Agroecologia, onde o pesquisador Aírton Brizola e toda sua equipe fazem um trabalho extraordinário, alguns dados que passo a ler aos companheiros Deputados. Vejam bem, a área plantada de produtos orgânicos, no Paraná, há 10 anos atrás, na safra de 97, era de 897 hectares; hoje, 10 anos depois,

ela passou para 7 mil e 848 hectares. Saiu de, vamos dizer, 700 e foi para 7 mil, em 10 anos. A quantidade de produtores, nestes 10 anos atrás, era de 300. Hoje, eles são 5 mil e 300 produtores. Então, passou de 300 para 5 mil e 300. O peso dos produtos era de 4 toneladas há 10 anos atrás e hoje é de 107 mil toneladas, no Paraná. E se projeta, nos próximos 10 anos, para 3 mil toneladas de produtos orgânicos no Paraná. Em outras palavras, em 20 anos, duas décadas, saltamos de quatro para 3 mil toneladas - um aumento extraordinariamente grande. O valor da produção agrícola orgânica saltou, nos últimos 10 anos, em reais, de R\$ 155 mil para R\$ 27 milhões e 514 mil.

O Estado do Paraná dá um exemplo extraordinário. Parece-me que a ANVISA tem vontade de fazer a lição de casa e está fazendo. Estamos com a faca e o queijo na mão, só não podemos cortar o dedo.

É de se perguntar por que é que esses alimentos orgânicos têm aumentado no Paraná? A Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica tem uma tese. Ela credita essa expansão, em grande parte, ao aumento de custos da agricultura convencional, à degradação do meio ambiente, à crescente exigência dos consumidores por produtos chamados de limpos, livres de substâncias químicas, ou geneticamente modificadas. Também é crescente o número dos que consideram que deveriam ser computados aos custos de produção convencional, os valores que a sociedade indiretamente paga, através da contaminação ambiental e alimentar, à perda da produtividade do solo, o uso inadequado de água, o assoreamento dos rios, à perda da biodiversidade, o êxodo rural, entre outros desequilíbrios que a produção orgânica reduz e até evita.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, no uso da tribuna no dia de hoje, reforçar um convite que fiz na tarde de ontem, neste plenário, sobre a primeira Audiência Pública que a Comissão de Agricultura vai realizar amanhã, às 9h da manhã, no Município de Prudentópolis, com o objetivo de discutir o Código Florestal

Sabemos que esse está sendo um grande debate, que compete ao Congresso, porque a lei é nacional. Não podemos fugir do debate. Acredito que a nossa preocupação é levar propostas, para conciliarmos um pouco, tanto a questão ambiental, como a socioeconômica. Precisamos fazer esse debate com os agricultores, porque de uma maneira especial sabemos que os pequenos estão questionando muito o que vai acontecer com sua propriedade, a partir do

momento em que eles deixarem ou fizerem essa averbação dos 20% da sua área. Essa preocupação também é nossa e não queremos que os pequenos agricultores sejam prejudicados. Mas precisamos conciliar como preservaremos nosso meio ambiente.

Quando olhamos para o nosso cenário hoje, com tanta coisa acontecendo em relação ao meio ambiente coisas que acontecem na questão da estiagem, que acompanham mais uma vez o nosso Estado do Paraná, os agricultores perdendo a sua safra, sabemos que isso vem de uma consequência de não terem tido um cuidado ainda maior no nosso meio ambiente.

Precisamos fazer esse debate com os agricultores, porque de uma maneira especial sabemos que os pequenos agricultores estão questionando muito o que vai acontecer com a sua propriedade a partir do momento em que eles realmente deixarem ou fizerem essa averbação dos 20% da sua área. E essa preocupação nós também temos. Não queremos que os pequenos agricultores sejam prejudicados, mas também precisamos conciliar como vamos preservar o nosso meio ambiente. Quando olhamos para o nosso cenário hoje, tanta coisa acontecendo com relação ao nosso meio ambiente, com relação à estiagem, mais uma vez os nossos agricultores perdendo sua safra, sabemos que isso vem de uma consequência de não ter tido um cuidado ainda maior com o nosso meio ambiente.

Então, precisamos fazer esse debate e precisamos buscar um entendimento comum onde possamos conciliar se esse debate parte para a questão de uma compensação aos agricultores. Agora, precisamos achar uma solução. Não podemos, de forma alguma, deixar de preservar o nosso meio ambiente, ou pelo menos achar que não temos que ter os cuidados, que não precisamos pensar na nossa mata ciliar, que não precisamos pensar nas nossas fontes, na preservação dos nossos rios. Precisamos, sim, pensar nisso e o agricultor precisa ter todo esse cuidado, de uma forma que não seja ele apenas o responsável a cuidar do nosso meio ambiente. A responsabilidade do meio ambiente é de quem mora no campo e também de quem mora na Cidade.

Por isso, esse debate vai acontecer pela Comissão de Agricultura, e aqui quero convidar todos os Srs. Deputados que tenham interesse para que possamos, no final dessas Audiências, hoje estamos com seis Audiências programadas, queremos elaborar um documento de tudo o que for debatido e assim encaminhar para o Congresso, para as comissões, aos ministérios, principalmente o do meio ambiente.

Também Sr. Presidente, gostaria de dizer que na tarde de ontem, a Câmara Federal aprovou a Medida Provisória nº 455/09, que amplia o programa da merenda escolar. Essa medida para nós tem um grande significado, porque embora não tenha sido aprovada da forma como gostaríamos, por algumas emendas dificultarem um pouco mais, temos que comemorar, porque ela prevê que no mínimo 30% da merenda escolar deve vir da agricultura familiar. Isso garante também para os

agricultores familiares a produção e comercialização, e para as crianças e os jovens que também passarão a ter a merenda escolar é um fator muito importante, porque também passa, com toda a certeza, a ter um alimento mais saudável.

Acredito que com isso ampliamos e valorizamos ainda mais os pequenos agricultores. Tenho certeza que essa preocupação que tem o Governo Federal com a agricultura familiar, essa medida vai ao encontro na valorização e na garantia da produção dos alimentos, e na garantia também da qualidade na merenda escolar.

Essa Medida Provisória nº 455 também inclui a questão do transporte escolar, que também é um fator importante. Garante o transporte escolar para os estudantes do ensino médio e também da educação infantil aos que moram no campo. Sempre foi uma grande luta para que o Governo Federal também contribuísse no transporte escolar. Essa medida vai beneficiar mais de 1 milhão e crianças e jovens e um custo estimado de 99 milhões que o Governo vai investir no transporte escolar. Isso é um grande avanço, temos que comemorar essa medida provisória aprovada ontem. Com certeza ganha a nossa Educação de duas formas: com a questão da merenda escolar de melhor qualidade, ganha com isso a agricultura familiar e ganha também a garantia de ter um transporte escolar que contemple as crianças e também os jovens do ensino médio.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Luiz Cláudio Romanelli, no Pequeno Expediente.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para poder manifestar uma profunda preocupação que tenho, e não estou aqui falando em nome do Governo, mas falo como Parlamentar, por isso que me inscrevi, inclusive, no Pequeno Expediente. E falo, Presidente Pugliesi, porque tenho que reconhecer que o Programa Minha Casa, Minha Vida, que é um programa concebido pelo Governo Federal a partir das reuniões feitas com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, é uma opção preferencial pelas construtoras feita pelo Governo Federal.

Sinceramente, quero dizer que participei durante os últimos seis anos da construção de um modelo diferente da construção de uma nova política habitacional para o Brasil que pudesse respeitar a diversidade das construções, a tipologia em função das regiões do Brasil respeitar por conta, é claro, das demandas que são recebidas de cada uma das famílias que são inscritas no programa, promovendo a diversificação dos projetos, garantindo o direito de escolha para as famílias das unidades habitacionais.

Afinal de contas, moradia não é como uma geladeira, que é para ser adquirida numa loja de departamentos. Moradia é um lugar onde as pessoas vivem e convivem em uma Cidade. E o programa lançado pelo Governo Federal, Minha Casa, Minha Vida, que tem, claro, muitos pontos positivos, é um programa contrário a tudo aquilo que foi executado até hoje pelo Governo do Presidente Lula.

Por que é diferente?

Porque ele privilegia, única e exclusivamente, a execução do programa habitacional pelas empreiteiras pelas construtoras, só para elas é que esse programa foi feito, ponto muito positivo. Nunca antes na história deste País o Governo investiu tanto dinheiro subsidiado para a produção de uma habitação de interesse social. Por outro lado, o ponto falho, é claro, é que a habitação está sendo tratada como mercadoria, como uma geladeira em uma loja de departamentos.

Digo isso porque estão excluídos do programa todas as COHABs, como a COHAPAR, a COHAB de Curitiba, de Londrina, ela poderá não participar nem como agente promotora desse processo todo, o máximo que o Município pode fazer é doar o terreno, a infraestrutura para uma construtora poder executar o programa habitacional, e com preços.

A casa já está definida para quem ganha até três salários. É uma casa de 35 m² de área total e 32 m² de área útil. E está muito bem definida, discriminado o tipo, a tipologia dessa casa, uma casa simples, claro, digna para as pessoas que vão viver nela. Mas, indiscutivelmente, elas atendem, mais do que tudo, uma demanda brutal que temos em nosso País, tanto que o Governo Federal antecipou a propaganda do programa antes mesmo de poder lançá-lo. As agências da Caixa Econômica estão entupidas, o site é visitado pelas pessoas que, no simulador, veem a sua condição pessoal e ficam imaginando a casa que poderão ter acesso. Ao mesmo tempo, as Prefeituras Municipais do nosso Estado têm recebido centenas de pessoas que vão em busca de uma oportunidade.

Quero aqui manifestar a minha profunda preocupação. Realizamos no último sábado em Curitiba, o Fórum Popular do Programa Minha Casa, Minha Vida, com as entidades do movimento social que participaram, de forma expressiva, desse evento promovido pela COHAPAR, pelo Diretor de Polícias Institucionais da COHAPAR, que é o Doático Santos, e o Rafael Greca fez lá apresentação do programa, que exclui a própria COHAPAR. A COHAPAR tem condições de construir essa casa pelo menos pela metade do preço do que está sendo proposto pelo Governo Federal.

Por isso, quero aqui chamar a atenção desta Casa, o Presidente Lula disse no Paraná que iria incluir todos os Municípios do Estado, eu tenho dúvida sobre isso ainda, porque nos normativos não está posto, mas a medida provisória está no Congresso Nacional, Henrique Alves que é Líder do PMDB é o relator. Por isso que é necessário conversarmos com os Deputados Federais,

para modificar a estrutura desse programa, porque senão vamos ter, de fato, uma grande frustração pela não execução das casa que estão programadas, e certamente só Municípios grandes e de grandes interesses é que serão atendidos. Os pequenos, os pobres, tudo aquilo que foi construído numa política de inclusão social, uma política que pudesse privilegiar o direito de escolha das famílias, desde a elaboração do projeto até a entrega definitiva da casa, tudo isso está posto por terra por conta da lógica desse programa, porque outro dia, o Deputado que não está aqui hoje, o Tadeu Veneri, se irritou lá no fórum quando eu disse que o programa havia sido pensando pela construção civil, e eu fui buscar uma revista, que não tenho em mãos agora, a revista Dinheiro, que está nas bancas ainda, do grupo Isto É, e está lá: o Presidente da Gafisa, a maior construtora do país, assume que foi ele quem criou o Programa Minha Casa, Minha Vida, e eu, sinceramente, que participei com tantos companheiros e companheiras ao longo desses anos na elaboração da nova política habitacional, que reconhecia, Deputado Valdir Rossoni, desde o Governo do Fernando Henrique, e olha, não dá para construir habitação popular com a lógica do mercado formal para a construção civil, porque senão vai ter muito subsídio.

Agora, pergunto o seguinte: nós sempre pedimos aqui o quê? Subsídio para construir, Deputado Caíto, para o movimento social, para os Governos Estaduais, para os Municípios. Não tem dinheiro subsidiado, não tem. Agora, para as construtoras tem, tem dinheiro a fundo perdido para a construtora poder construir a casa.

Tem também uma outra questão que a COHAPAR podia - olha, quanto que estamos lutando por falta de capital de giro na COHAPAR, que é antecipação da primeira parcela. Quantas vezes eu fui a Brasília e dizia: vamos, antecipe a primeira parcela que nós temos, agora mesmo a COHAPAR podia colocar 15, 16 mil casa em construção em 20 dias. Para a COHAPAR antecipa a primeira parcela? Não, não antecipa. Para a construtora antecipa a primeira parcela? Para as grandes construtoras? Antecipa a primeira parcela. Nem capital de giro as construtoras vão precisar ter.

O programa está excluindo de uma forma absoluta aquilo tudo que foi feito.

E eu ouvi a entrevista, outro dia, de uma pessoa que ajudou muito o Paraná, que é o Ministro Márcio Fortes, ele dizia o seguinte: "Ah, mas os outros continuam funcionando normalmente." Sinceramente, não continuam, porque o dinheiro todo está canalizado para o programa que foi criado, Minha Casa, Minha Vida. Os outros programas, na verdade, todo programa, Deputada Luciana Rafagnin, de habitação rural, esqueça Deputada, os programas de habitação rural não vão mais acontecer, porque infelizmente o Minha Casa, Minha Vida, ele exclui, coloca só R\$ 500 milhões no crédito solidário, no FDS, que na verdade é dinheiro nenhum quando se fala em habitação popular.

Não vamos conseguir tocar os programas por conta das decisões que foram tomadas. Ou mudamos radicalmente a medida provisória no Congresso Nacional, e os Deputados Federais tem que ter a sensibilidade de votar e modificar a medida provisória, ou ficarão excluídos todos os agentes que até hoje puderam promover mudanças significativas no Brasil inteiro - as COHABs e órgãos assemelhados, os Municípios que tem política habitacional, que criaram fundos municipais de habitação, temos que ter muita, mas olha, muita mobilização, para mudar esta realidade.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Sinceramente, gostaria de estar fazendo um discurso completamente diferente do que estou fazendo, mas tenho que falar sobre isso, porque, infelizmente, eu seria omissa se não pudesse ter estudado esse tema, me dedicado a ele nos últimos anos e não pudesse fazer esse alerta, porque é um processo de exclusão muito grande de tudo aquilo que fizemos e construímos de política habitacional.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Gostaria de me somar a sua preocupação. É claro que quando foi lançado o programa tivemos a mesma preocupação. E o que a Ministra Dilma nos garantiu é que realmente vai ser contemplado também o programa de habitação, inclusive as cooperativas habitacionais vão ser contempladas com o programa. O Presidente Lula também já anunciou que vai atender os pequenos Municípios, que o programa vai atender os Municípios com menos de 50 mil habitantes.

Sei da sua preocupação, que não deixa de ser a nossa, acho que temos que estar atentos e cobrando para que realmente o programa atenda os pequenos Municípios, que o programa não deixe de continuar atendendo os pequenos agricultores. Mas gostaria de destacar, Deputado Romanelli que o programa, só no Estado do Paraná, não este Programa Minha Casa, Minha Vida, mas o programa da habitação no campo, só no Estado do Paraná, já são mais de 10 mil casas construídas. É muito importante citar que é o programa que o Governo Lula, criou programa que não tínhamos, de habitação. É uma preocupação que o Governo Lula tem com os nossos agricultores, e por isso não só está atendendo o nosso Estado do Paraná, mas só aqui já são mais de 10 mil famílias que conseguem hoje ter uma moradia mais digna porque existe o programa.

Claro que tem críticas, acho que as críticas precisam ser feitas. O próprio Presidente Lula disse, na Conferência Nacional de Segurança Alimentar: “O povo precisa continuar se organizando e reivindicando, porque se não reivindicar vou achar que estou sempre certo e vou achar que já fiz tudo pelo nosso País.” É nossa obrigação apontar onde achamos que estão os erros e o que achamos que tem que ser melhorado, mas sem deixar de elo-

giar, porque é o único Presidente que teve a coragem de implantar um programa que atendesse os nossos pequenos agricultores e atendesse as famílias de baixa renda. Precisamos ressaltar isso, porque aparentemente dá a impressão de que tudo é ruim e não se leva em conta tudo que de bom já foi feito e que vai ser feito pelo nosso País. Principalmente só falando nesse setor de habitação.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputada Luciana, acho que V. Exa. não entendeu ou não escutou o que eu falava. V. Exa. poderia ter dito: “Deputado Romanelli, o senhor que está aí na tribuna foi o primeiro Secretário de Habitação deste Estado, a fazer habitação rural no Estado do Paraná. Poderia ter dito também que eu fui o primeiro a apoiar, junto com o Governador Requião, nas parcerias com a CRESOL e a FETRAF para que pudéssemos construir as habitações rurais e viabilizar as casas de habitação rural para atender a agricultura familiar. Poderia ter complementado o tema.

Quando faço a crítica aqui, faço no sentido de um companheiro, porque não adianta fazermos de conta que nós, em 2003, realizamos a Conferência das Cidades, promovida por iniciativa do Presidente Lula, do Ministro Olívio Dutra, construímos uma nova política habitacional no País, lutamos intensamente para modificar as regras, criamos o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, uma luta do Fórum da Reforma Urbana, dos movimentos sociais. Em 2005 criamos a lei, o Fundo Estadual no Estado do Paraná, transformamos completamente a legislação, modificamos a estrutura, lutamos no âmbito da Procuradoria do Trabalho, para modificar e possibilitar as formas alternativas, os sistemas de gestão comunitário. Fazer de conta que não construímos um modelo novo de habitação e que agora voltamos lá nos anos 90, no Governo Collor, de pegar e chamar as empreiteiras e falar: “Olha, empreiteira, vá lá no Município e consiga a doação do terreno e eu te dou o dinheiro para você construir a casa”. Sinceramente, não quero acreditar que nós voltamos aos anos 90. Estou lutando para acreditar que é possível continuarmos neste País a política correta que estamos desenvolvendo desde 2003.

O fato que estou alertando aqui para V. Exa, é muito grave. Não é um fato pequeno. Não estou aqui fazendo uma crítica política ao Presidente Lula, de quem sou profundo admirador. Estou dizendo que é muito grave, porque o Governo Federal, e acho que a Ministra Dilma fez uma opção, falou: “Olha, não vamos conseguir construir 1 milhão de casas da forma tradicional que estamos construindo”.

Agora, é necessário dizer que 1 milhão de casas atenderia 14% do déficit habitacional do País. Temos que reconhecer que a construção civil é importantíssima, geradora de empregos, de renda. Ela é um instrumento importante para o nosso País. Agora, não podemos deixar de lado tudo aquilo que já fizemos, tudo o que nos apropriamos, da tecnologia, de gestão de política habitacional.

Quando a senhora fala da questão do crédito solidário e do movimento do cooperativismo, associativismo, aí é grave. Porque quando vamos ler aquilo, o dinheiro que está posto, é muito pouco, é quase nada. Quinhentos milhões, por exemplo, vou usar uma expressão popular, não faz cócegas em política habitacional. Este fato não podemos fazer de conta que não existe.

Quando faço estes alertas aqui, é porque tenho sido cobrado pelos Prefeitos do Paraná inteiro, que integram a base de diversos Deputados, que estão indo ao meu gabinete, telefonando, mandando e-mail. Aonde eu vou me perguntam: “Romanelli, e agora, como é que vamos fazer?” E os Prefeitos que doaram terrenos para a COHAPAR? Quem doou terrenos para a COHAPAR como é que vai fazer para construir as casas? Quem doou o terreno, vai poder construir as casas? Não. Vai ter que tirar, vai ter que devolver à COHAPAR do Município, o Município vai ter que doar um FAR, que é o Fundo de Arrendamento Residencial, para que o FAR possa, em parceria com as construtoras, fazer as casas. Ou seja, temos que mudar esta realidade. A COHAPAR tem que ter o direito de construir as casas. Ela faz pela metade do preço das empreiteiras.

Sinceramente, nós paranaenses temos o dever de defender aquilo que acreditamos. Eu não posso, por maior que seja minha admiração por todas estas pessoas, pelas quais tenho o maior respeito, não podemos deixar de reconhecer que temos que modificar esta realidade.

Tenho profunda preocupação. Não sou Oposição ao Governo do Presidente Lula. Pelo contrário. Sou um apoiador, um defensor, mas não consigo ficar quieto sobre este tema. É um tema muito grave e muito complexo.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Gostaria de pedir desculpas. No meu pronunciamento acabei esquecendo, acabei lembrando muito da questão da criação do programa pelo Governo Federal. Eu queria pedir desculpas e agradecer a V. Exa., que fez um trabalho exemplar na COHAPAR. Realmente, iniciou o Programa da Habitação. Sempre nos recebeu muito bem. Principalmente as entidades da agricultura familiar, a FETRAF-Sul, a CRESOL, CRENOR, enfim, todas as entidades que hoje trabalham com o Programa de Habitação. Então, quero pedir desculpas e parabenizar pelo trabalho que realizou na COHAPAR, assim como também vem desenvolvendo agora com o nosso Secretário Rafael Greca, que tem nos atendido muito bem. E de uma maneira especial ressaltar o apoio do Governador Roberto Requião, que tem sido fundamental para o Programa da Habitação. Inclusive, na semana retrasada foi liberado mais um recurso, de um restante de 400 casas que já estão concluídas e agora está para ser anunciado mais um convênio de 1 mil e 100 casas. É muito importante, porque este apoio tem sido fundamental para os pequenos agricultores.

Então, só quero pedir desculpas nesta parte, e comentar que minha preocupação, voltar ao comentário, eu também tenho esta preocupação que V. Exa. tem. E por isso eu digo que temos, realmente, que nos pronunciar. Temos que levar o que achamos que está errado, fazer chegar ao Presidente Lula. Quando achamos que o caminho não é por ali, precisamos apontar outro caminho. Caso não aconteça, pelo menos fizemos nossa parte.

Então, acredito muito que o Presidente Lula é acessível às mudanças. E entendo que é possível, sim, discutir estas questões. Então, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. A única coisa que eu não queria é que passasse apenas a imagem negativa do programa, porque sabemos quanto tem beneficiado as famílias brasileiras. A única coisa que não quero que fique aqui é apenas aquela imagem negativa de tudo o que já foi feito com relação ao Programa de Habitação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Querida dizer, Deputada Luciana, justamente isso. Estou defendendo a política habitacional do Governo Lula, que é a melhor política que temos.

Querida conceder um aparte ao Deputado Felipe Lucas.

O Sr. Felipe Lucas (PPS)

Obrigado! Quero me solidarizar ao seu pronunciamento quando fala da moradia. Moradia e trabalho são duas coisas essenciais na vida do ser humano. Acho que quem tem uma casa para morar, tem um teto para morar e mais o trabalho, não tem necessidade de praticar outras coisas irregulares na vida.

Então, vejo que é um momento importante desta Assembleia, as Câmaras Municipais, porque realmente o programa é preocupante. Entendo que a Deputada Luciana Rafagnin fez o seu pronunciamento e acho que precisamos, de toda forma, nos juntar a que venha mudar, porque lógico que um programa habitacional também no momento traz incremento à construção civil e ao trabalho, mas da forma como ele foi - pelo menos do que temos informações - é preocupante.

Querida dizer que diversos Municípios cederam seus terrenos, inclusive o Município de Irati tem um terreno cedido para mais de 400 casas e com esta política torna-se praticamente inviável, pela forma como é incrementado. E assim outros Municípios da região, como em Prudentópolis, Imbituva, Rio Azul, Rebouças e tantos outros que cederam terreno, encontram-se nessa situação. E também, ao mesmo tempo, gostaria de parabenizar, porque conheço muito bem o Município de Inácio Martins, e na época em que o Deputado era da COHAPAR, lá foram construídas muitas casas em áreas indígenas.

Então, acho que precisamos trabalhar no sentido de modificar, de enviar propostas e esta Assembleia, e as outras que se somem a isso e que possamos sensibilizar para que se possa mudar.

Quero agradecer e acho que o seu pronunciamento vem em uma hora oportuna, certa, e que possamos, todos, inclusive a população, participar. Acho que quando um programa é tão grande, tão abrangente, nada melhor do que ser discutido nos Estados e nos Municípios para que eles possam fazer também a sua política.

Agradeço a forma de poder me manifestar.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Felipe Lucas.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, sempre que há uma ação do Governo, quanto mais a nível municipal e estadual acontecer é natural que vai funcionar melhor. Mas, este Governo se assemelha muito ao Governo Collor. Cá para nós, se formos ver o nível de corrupção, lembra onde começou o grande foco de corrupção no Governo Collor? Saíram pelo País empreiteiros prometendo casas - não só empreiteiros - e está acontecendo a mesma coisa. Sei que V. Exa. é aliado do Governo Lula, não pode fazer críticas contundentes ao Governo Lula, mas a grande verdade é essa, que estamos voltando para aquele caminho que foi um foco de corrupção. Essa é a verdade.

E vi uma preocupação que quero dizer à Deputada Rafagnin que não se preocupe. Ainda não foi construída nenhuma casa desse programa e já está na revista. Veja, já está na IstoÉ, já está na Época, já está nos horários nobres da Rede Globo, quer dizer, é o Cabo Canaveral: primeiro lança, se vai acontecer não sabemos se vai chegar aonde tem que chegar, mas a parte positiva do programa está muito bem divulgada. Se tivessem gasto 1% do que foi gasto em mídia neste programa que ainda não existe, certamente esse programa estaria caminhando certo. E uma outra coisa, fazer mídia na Veja, fazer mídia na IstoÉ, como se a classe trabalhadora lesse a Veja. Quer dizer, é menosprezar a nossa inteligência. Cá para nós, o Governo Lula está com uma popularidade que há de se respeitar. Ele é um grande comunicador, mas há coisas nesse Governo que a história vai cobrar muito caro. Aguarde!

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Valdir Rossoni. Não posso endossar seus pensamentos porque não partilho das mesmas ideias, mas respeito seu posicionamento.

Concedo um aparte a Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e lembrar que, assim que foi lançado o programa. V. Exa. subiu a essa tribuna e lamentou que havia um critério claro, que era para Municípios com mais de 100 mil habitantes.

Quero acreditar que pronunciamentos como o de V. Exa. e de outros que devem ter ocorrido pelo Brasil afora fizeram com que o Governo corrigisse isso. Hoje no Paraná não serão mais as 18 Cidades, serão 49 Cidades. E, com o movimento dos Prefeitos, talvez tenhamos 50, 60 Municípios fazendo parte do programa. Quero também acreditar nisso.

Confio no programa e acho muito importante seu pronunciamento, até para correção de algumas rotas.

Sei o que é ter a primeira casa. Vivi isso na minha vida pessoal, o que é ser sorteada com uma casa popular para uma família. E ter um ninho, um lar, no sentido de agregação familiar, talvez seja esse um dos grandes programas de Segurança Pública, garantir um lar para uma família e fazer com que haja a união e estruturação familiar.

Precisamos discutir esse déficit habitacional imenso neste País. Eu me solidarizo a esse programa. Na minha Cidade, há muito tempo, não se discutia essa questão e, na semana passada, houve uma discussão entre o Prefeito e a Caixa Econômica, sobre quantas casas poderão ser construídas lá. Isso é importante para todos os paranaenses.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Concluo com o sentimento que o debate é fundamental e tenho a responsabilidade porque sei a diferença, na área de habitação, entre o certo e o errado. Não tenho o direito, por maior que sejam as conveniências políticas, de me calar. Digo mais, o modelo do próprio pacote não tem nenhuma medida que estimule a produção adequada ecologicamente sustentável das unidades habitacionais. Corremos o risco, do ponto de vista do direito urbanístico, de ter de novo aqueles imensos conjuntos habitacionais que se transformam em guetos, promovendo um apartheid social.

Estou aqui me posicionando com relação a isso. Temos que lutar no Congresso Nacional para mudar a medida provisória, trabalhar junto à Caixa Econômica Federal. E tenho feito isso, converso com todo mundo que conheço, e conheço muita gente que faz essa política nacional de habitação.

E esta Casa tem que se posicionar e temos que avançar nesse debate, senão iremos causar uma grande frustração, especialmente para os pequenos e médios Municípios, que já doaram os terrenos para a COHAPAR e estão esperando começar a obra, o povo está inscrito, cadastrado, muitas vezes selecionado e não vai ter a casa. E as pessoas veem a propaganda, isso o Deputado Rossoni tem razão, elas estão sentindo-se donas de uma casa que não existe e não existirá.

Temos que nos mobilizar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria me solidarizar com o pronunciamento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, porque na verdade é impossível, no momento, hoje informar a um Prefeito, a uma entidade, a uma Câmara de Vereadores que nos consultam, a respeito do Programa de Habitação do Governo Federal. Um programa que me parece, pelo seu próprio surgimento, não teve a concepção do Brasil que nós vivemos.

Veja que a princípio haveria financiamento para casas e Municípios com mais de 100 mil habitantes. Ora, quem concebe um programa com casa para mais de 100 mil habitantes não é a cabeça do Governo, sinceramente eu não acredito que seja a cabeça do Governo que hoje temos no Brasil, que é um Governo voltado às questões populares. Ora, 100 mil habitantes, para começo, seria um tremendo equívoco, seria a concentração de moradores nas Cidades maiores. Se você não tem nas Cidades pequenas condições de realização de casas populares, é evidente que as pessoas encontrarão mais facilidade para vir residir na Cidade maior. Portanto, desde aí o programa foi concebido de forma errada.

Agora, é importante que o programa exista? Claro que é importante. O Brasil precisa de casas, o Paraná tem uma quantidade represada de casas que não está construindo. Agora, o Governo Federal, dando preferência para grandes empreiteiras, escuta, tem empreiteira que nunca na vida pensou em construir casas populares, trabalhava em barragens, em asfaltamento, em obras de grandes porte, nos portos, e seja aonde for, e hoje estão entrando no programa de casa popular, é sinal que esse programa está favorável ao interesse das grandes construtoras, não tem como não se pensar diferente.

Então, quando se fala isso aqui, seria importante que se falasse em todas as Assembleias Legislativas. Não temos poder de mudar, mas temos poder de fazer repercutir para que haja uma alteração. Os Deputados Federais, de todos os partidos, do PT inclusive que é o partido que está no Governo, através da manifestação junto ao Governo Federal, para que essa estrutura seja alterada e possamos ter um programa que seja rápido, porque afinal de contas estamos numa fase de encerramento de um mandato, estamos com um ano e pouco, se depender de levantar terrenos, fazer a doação dos terrenos, regularizar as áreas, selecionar as pessoas, começar fazer a construção, não vamos fazer esse milhão de casas nunca.

Então, eu me solidarizo ao Deputado Romanelli, porque essa é a voz de quem quer que a coisa dê certo, não é para questionar ou criticar, não, é para melhorar. E acho que se o Governo melhorar esse programa, ele dará um impulso muito grande à construção de casas populares e aumentará o seu prestígio e o seu conceito, que já é alto, mas aumentará perante o cidadão mais necessitado deste País.

Mas estou usando a tribuna no dia de hoje, Sr. Presidente, apenas para convidar os Deputados, tenho uma inscrição para a semana que vem, e quero fazer até com dados por escrito, Deputada Cida, porque me parece que estamos num momento em que o Poder Legislativo precisa mostrar porquê ele existe no Estado, nos Municípios e na Nação. Eu acho absurdo, Presidente Nelson Justus, que se faça o custo de um Parlamentar pegando, por exemplo, a verba destinada à Câmara Municipal de Curitiba, como eu já vi, e dividir pelo número de Vereadores e dizer que esse é o custo de um Vereador; ou pegar o orçamento da Assembleia Legislativa e dividir por 54 e dizer que esse é o custo de um Deputado.

A existência de um Vereador, e um Deputado Estadual, Federal, do Senador, na verdade, Sr. Presidente, é o custo da democracia. No sistema republicano, a existência do Judiciário, do Executivo e do Legislativo é fator essencial para que exista esse regime que estamos vivendo, que é muito importante. Então, me pergunto: quando custaria um Desembargador, um Ministro do Supremo Tribunal, um Juiz de uma Comarca, se fosse pegar o orçamento do Judiciário e dividir pelo número de pessoas que atuam com cargos naquele espaço? Não é possível esse ataque!

Quero deixar claro que não estou falando especificamente da imprensa do Paraná, porque são as grandes redes que põe isso. Hoje pela manhã, Deputado Nelson Justus, estava assistindo na CBN uma comentarista capacitada, uma mulher que conhece a estrutura do Legislativo do mundo, fazendo um comparativo do Senado americano, porque lá foi indicado pelo Congresso um Procurador, membro do Ministério Público, para acompanhar obras e gastos do Governo. Como ela arrematou? Dizendo: “Como vamos ter no Brasil, se nem Senado nós temos no Brasil?” Ora, essa pessoa sabe que o Senado americano viaja de avião particular, que o Senado americano tem uma força extraordinária, que viaja para onde quer com avião particular. Não é o povo da rua que fala isso, é uma pessoa qualificada, que conhece como funcionam os Parlamntos do mundo.

Você sente que quanto mais diminuam o Poder Legislativo, quanto mais execrado pela opinião ele for, muito mais fácil do Executivo tomar poderes que são do Legislativo e se impor, porque qualquer coisa que se diga aqui dentro contra o Executivo, ou contra o Judiciário, a verdade não será nossa, no instante que estivermos desmoralizados.

Não quero avançar, Sr. Presidente, neste pronunciamento. Pretendo fazê-lo na semana que vem. Só quero dizer uma coisa: por que não publicam as grandes redes, por exemplo, a Rede Globo, que é uma concessão pública? Por que ela não publica quanto fatura esse tal Big Brother, que não acresce nada à cultura brasileira, só mostra gente com lata de cerveja na mão, infesta pessoas introduzindo para o meio nacional conceitos e formas de vida que não são as formas reais do povo brasileiro?

Esse último Big Brother arrecadou, Sr. Presidente, R\$ 100 milhões! De onde é que sai esse dinheiro? Não sai do povo? Não sai de um canal que tem concessão? Não sai de alguém que já tem seu financiamento, seus anunciantes dentro do programa? Vamos fazer que essas empresas concessionárias de serviço pública tenham que relatar quanto ganham seus apresentadores, quando ganham aqueles que lá estão para formar o núcleo de trabalho em favor de um programa. Se o Deputado pode ter assessor e esse assessor é um custo, lá também é um custo, e que não digam que é iniciativa privada, porque ela sobrevive de recursos públicos e de dinheiro do povo brasileiro.

Vamos falar sobre isso um pouco mais na semana que vem.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo alto espírito democrático. V. Exa. mesmo, no dia ontem, falou que o Deputado Romanelli fez uso da palavra no “enorme expediente.” não era mais o Grande Expediente. Hoje, o nosso Líder fez um pronunciamento no “pequeno expediente plus”. Então, são as inovações que temos visto aqui, mas quero registrar, na realidade, esse espírito democrático de V. Exa.

Eu estava falando para o Deputado, não para o Bühner, para o Deputado Praczyk, agora há pouco, que esta quinta-feira está se transformando num espaço onde a demagogia está cedendo espaço para as discussões sérias. Então, acho que deveríamos, sim, voltar os nossos olhos de maneira mais aprofundada para muitas coisas que estão acontecendo.

Veja bem, Sr. Presidente, uma questão simples, eu estava indo para a Assembléia, dias destes, e o meu funcionário tinha sintonizado a Band News, que tenho por hábito ouvir e respeitar, como respeito todas as emissoras, os jornais, estamos vivendo em um regime democrático. Então, veja bem o que ouvi na Band News, alguém ligou, logicamente que estava em busca de defesa, porque esse cidadão disse o seguinte: “Eu fiz dois financiamentos: um financiamento no Banco Itaú e o outro financiamento no Unibanco”.

Sr. Presidente, não sei se estou falando muito alto aqui, talvez se eu estiver incomodando os discursos paralelos, eu pediria que V. Exa. diminuísse o tom da minha voz, porque talvez atrapalhe muito.

Então, veja bem, Sr. Presidente, esse cidadão liga para a Band News e fala o seguinte: “Olha, eu fiz um financiamento e para fazer a minha declaração de

Imposto de Renda, para declarar aquilo que paguei, eu me dirigi ao Itaú e ao outro banco, o Unibanco. Eles falaram: “Tudo bem, vamos fornecer oficialmente - era isso que ele queria - uma declaração de quanto ele tinha pago durante o ano de 2008”. Aí o Itaú ou o Unibanco, um falou: “Olha, tem uma taxa de R\$ 100. O outro banco falou: “Tem uma taxa de R\$ 80”. O sujeito ficou pasmo: “Vou me dirigir ao Banco Central”. E aí, dirigindo-se ao Banco Central, ele teve a seguinte informação: “Olha, temos convênio com os bancos particulares, autorizando que eles cobrem essas tarifas”.

Então, estamos como sempre estivemos neste País, submetidos, de uma maneira ou de outra, ao grande capital, à grande influência. Banco Central do Brasil!

Deputado Edson Praczyk, faça um histórico da vida após os dirigentes do Banco Central terem esgotado o seu tempo de direção.

Então, o Banco Central do Brasil é um instrumento a serviço daqueles que mandam neste País e ainda querem fazer o Banco Central independente. Independente do quê? Ele deveria se liberar dos organismos internacionais. Vejam bem, o Brasil tem uma enorme dívida e nós pagamos os maiores juros de todo o Mundo. Agora, quem é que fixa as tarifas que deverão ser cobradas? O Banco Central.

Então, vejam bem, resumindo, eu tenho uma dívida e eu mesmo determino quanto vou pagar de juros. Se houvesse um pouco de audiência dos reclamos de todo mundo neste País, o Banco Central sinalizaria de maneira muito forte na direção da queda das taxas de juros que são praticadas neste País. Durante muito tempo ficou inamovível na sua política de juros altos, com aquelas desculpas que ouvíamos no tempo da ditadura militar: “Primeiro temos que fazer o bolo crescer, para depois reparti-lo”.

Aqui mesmo nesta Casa, quando fiz um pronunciamento ligando o arrocho salarial de um regime discricionário com a taxa de mortalidade infantil quase que fui agredido pelas forças contrárias àqueles pensamentos que eu exarava naquela oportunidade.

Sr. Presidente, essa questão levantada pelo Deputado Romanelli precisa ser aprofundada por todos nós, inclusive pelo Governo Lula. Primeiro, se pretendia fazer com que só em determinados Municípios, com população acima de tantos mil habitantes, que poderiam receber esse Programa Minha Casa, Minha Vida, o Tolstoi, um escritor russo, dizia: “Cante a sua aldeia e será universal.”

Estou falando isso, Sr. Presidente, porque como Prefeito da minha Cidade executei, juntamente, com o Governo, um programa habitacional que teve grandes resultados. Nestes dias, um canal de televisão do interior quis fazer uma matéria comigo, nesses conjuntos habitacionais. No ano de 2009 saí da Prefeitura, no último mandato que tive à frente do Poder Executivo de Arapongas, no dia 31 de dezembro de 1996. Quais são as prestações praticadas, hoje, que estão sendo pagas pelos moradores?

Vinte e seis reais, 27, 32, 31. Foram milhares de casas que executamos, onde a Prefeitura entrava como parceira. Nós adquiríamos as áreas, fazíamos todos os procedimentos legais exigidos e construímos milhares de casas, que na realidade liberaram aquelas famílias e moradores do jugo pesado do aluguel.

Quando estávamos dando essa entrevista em um dos conjuntos habitacionais, passou um cidadão e disse que está pagando R\$ 400 de aluguel. E o cidadão ao lado estava pagando R\$ 27 por uma casa que é dele. Chega um cidadão e diz que a vida deles foi consertada com a realização desses conjuntos, como o Conjunto Ulysses Guimarães e outros. Um paga R\$ 27 de prestação e o outro paga R\$ 400 de aluguel em um mesmo conjunto, que deveria ser proibido. Se você faz a casa para alguém que leva benefícios, ele não tem direito de fazer com que use daquele dinheiro, que era do povo, para se beneficiar dele, em detrimento de outro.

Um cidadão de sobrenome Caldeira falou que sua vida mudou por causa desse conjunto: “Se eu tivesse que continuar pagando aluguel, eu não teria feito um pequeno negócio, onde estou retirando o sustento da minha família. Esse simples carro que tenho, consegui porque entrei aqui neste conjunto habitacional. Estou livre do aluguel.”

Se conseguirmos fazer isso num pequeno Município - pequeno em termos, o meu Município tem mais de 100 mil habitantes hoje, tem universidade, tem rede coletora de esgoto, tem parques industriais expressivos - por que essas coisas não podem ser feitas através do Governo Federal, que tem ampla aceitação no meio da população, em níveis de aprovação nunca alcançados anteriormente?

Então acho que precisamos mudar o eixo dessas coisas. Eu sou tido como um estatizante porque defendo a presença do Poder Público em empresas como a COPEL, a SANEPAR, nas estradas. Outro dia aqui ainda, Sr. Presidente, nesta tribuna, fiz referência a um escrito do Karl Marx, o Pai do Comunismo, em 1867, quando ele previa tudo isso que ia acontecer. Porque na hora do lucro, da vantagem, as coisas ficam privatizadas. Na hora do prejuízo, é preciso que os Governos socorram, muitas vezes uma “ladrãozada sem-vergonha”, que passa 50 anos tendo lucro. E aí esse lucro não chega aos interessados em melhorar as condições de vida de ninguém. Mas na primeira dificuldade já vem o Estado, antes abominado pela Direta, pela classe dominante, para fazer a salvação daqueles que só exploram, exploram e exploram.

Sr. Presidente, acredito muito nas potencialidades que temos. Acreito no poder de realização do nosso povo. Agora, é preciso que essas coisas, como falou ainda há pouco o Deputado Caíto Quintana e outros Parlamentares, que através de apartes se pronunciaram, é preciso que façamos uma incursão em direção à verdade. Eu mesmo, Sr. Presidente, e V. Exa. até me socorreu quando eu fazia aquele discurso dizendo, que isso colhemos por todos os cantos do Paraná por onde passávamos. Uma entrevistadora me falou assim: “Como você se sente tendo 45 funcionários à sua disposição na Assembleia Legislativa?”

Isso não é verdade! Falei que o jardineiro não era meu funcionário, que o rapaz que conserta a fiação elétrica não é funcionário do meu gabinete. V. Exa. apontou o fotógrafo que estava fazendo as fotografias necessárias ao trabalho, não é meu funcionário.

Então, se joga de maneira gratuita tudo aquilo que existe de pior, em cima da chamada classe política. Agora, as pessoas precisam saber que os políticos não são anjinhos de asas douradas. Basta o incômodo vivido por esse “santo” Fernando Gabeira. Ele “mete o facão” em todo mundo; ele é o retrato da seriedade, da correção, do corretamente político. E a hora em que é apanhado levando, através de passagens, a família para a Europa, ele vem dizer que espontaneamente ele decidiu se expor. Espontaneamente, uma conversa fiada! Todas as passagens, de todos os que usaram as passagens, são de conhecimento público! Então, veja bem, ele pratica aquilo, mas fica?

É como o Presidente do Paraguai, eu estou achando que esse camarada é um dos grandes responsáveis pelo aumento da população mundial, porque vá ser fértil assim lá adiante! Então, não é o problema de ter filho, isso, aquilo. Se tem filho, reconheça e acabou! Tem muita gente que tem filho por aí e não sabe que tem. Mas esse era o “Papa de celibatarismo”, não pode casar, é proibido isso, aquilo, e aí tem uma creche, sabe?

Então, estou falando essas coisas, porque é aquilo que o Durval Amaral falou outro dia: atrás de um moralista, você vai ver que a podridão está ali pregada. Só conversa fiada! E estamos no século XXI e chega de patifaria, porque é fácil o sujeito se autointitular o parâmetro mais alto de tudo aquilo que existe de bom entre os seres humanos. O ser humano é um animal cheio de defeitos. Acho que a grandeza está em reconhecer os erros, em se corrigir para avançar.

Agora, você vê uns bonachões e a hora que você vai descobrir o cara é um baita de um pedófilo, que muitas vezes fica longe do braço da Justiça.

Olha que coisa, Presidente! E nós somos obrigados, todos nós, os que estão nos vendo, tem gente que não concorda com nada daquilo que nós falamos. Mas aí é que esta a grandeza do regime democrático, da democracia: é o respeito à opinião contrária. Eu tenho que fazer de tudo para garantir o direito de crítica daqueles que querem me criticar, mas vou exigir, como todos nós temos que exigir que a crítica possa ser pertinente séria, e não um jogo para jogar para baixo aquele que está sendo submetido a esse tipo de crítica.

Agora, quem não pergunta, quem não estuda, quem não pesquisa, não leva o mundo para frente. Agora, eu acredito, hoje num jornal - eu leio muito jornal, desde crianças, era um hábito que ficou dentro da minha casa, deixado pelo meu pai, essa coisa toda - eu estava lendo um jornal ironizando um erro de português de um Vereador. E aí, se no próprio texto eles cometem dois ou três erros de português? Quer dizer, é o roto falando de esfarrapado. Os dois são ignorantes.

Eu me lembro, Sr. Presidente, que o Dr. Julio de Mesquita, dono do jornal O Estado de São Paulo, inconformado com aquilo que ele via na terceira página do Estadão que era para ser, e sempre foi, era para ser, não sempre foi a idéia do dono do jornal, o jornal existe para alguma coisa, então, ele foi a Coimbra, em Portugal, e trouxe professores de português para que eles fizessem a corrigenda ou mesmo escrevessem os editoriais que compõem a terceira página do Estadão até hoje. Logicamente que houve uma queda de qualidade, mas hoje vemos, e outro dia estava vendo uma linguista defendendo que essas questões da mudança da língua, já, já serão incorporadas à língua portuguesa. Então, daqui a pouco, Sr. Presidente, vai ser muito comum perguntarmos para alguém: você pagou quanto por esse carro? “Eu paguei vinte mil real”. Porque aqueles que devem preservar a língua estão falando que deve ser desse jeito? “Eles foi”.

Outro dia recebi uma carta de uma professora chamei alguém para ver e falei: pobres das nossas crianças. Não é possível que se continue dessa maneira. E muitas vezes, quando queremos discutir alguma coisa, que no meu entendimento pode ser combatida, mas eu julgo seria, olha é um tal de falarmos no deserto, porque as migalhas, as quinquilharias se sobrepõem àquilo que é o tutano, o essencial a determinadas coisas. O Parlamento existe, porque não é possível mais fazermos como na Grécia antiga, quando o Governante, querendo aprovar alguma coisa, ele se dirigia à praça, as Cidades todas eram pequenas, e falava: “Estou pretendendo fazer isso”. E o povo ali ouvindo o orador falava: “Estamos de acordo, faça”. Ele voltava para onde ele governava e estava autorizado. Hoje, as Câmaras de Vereadores terão a obrigação de representar o sentimento da Cidade. Na minha Cidade tem 100 mil habitantes, tem 10 Vereadores. Teoricamente cada Vereador representa 10 mil moradores daquele Município. Como não é possível mais o Governante sair na praça pública e pedir autorização para fazer as coisas, hoje você tem os Parlamentos.

Então, é aquilo que eu falo em relação à fidelidade partidária. Como pode alguém que almeja, ansia, batalhou pela reforma agrária, votar em alguém que faz o jogo dos latifúndios? Como é possível? É a ignorância também do eleitor! Lembro-me de quando fui candidato à Constituinte, vieram com algumas propostas. Longe de mim. Vou para lá para defender isso, isso e isso. Sou a favor da reforma fundiária, agrária, agrícola, tributária, mas sempre temos que bater com o nariz nessas portas inoxidáveis, intransponíveis dos privilégios de 500 anos que existem neste país.

E aí vidas que conheço, Sr. Presidente, vidas que foram dedicadas à política, a política nada mais é do que um instrumento inventado pelo homem para resolver os seus problemas. Vi gente pelo mundo afora dedicar toda sua vida à política, e depois ela é resumida no seguinte: “Como é, você também está viajando às minhas custas? Você tem 50 empregados na Assembleia? Como é que funciona essa Assembleia? Será não tem um ascenso-

rista?” Ele não é funcionário do gabinete dos Deputados, mas é assim. As coisas estão caminhando. Ontem por exemplo, à noite vi o entreviro entre o Presidente do Supremo, Gilmar Mendes, com o Ministro Joaquim Barbosa. Esse, lá pelas tantas, falou: “Me respeite, o senhor não está tratando com os seus capangas lá do Mato Grosso.” Um Ministro falou isso. Agora pergunto: Mas o Ministro Joaquim falou aquilo com fundamento ou sem fundamento? Como é que é? Imagina um cidadão comum, como esse cidadão aqui que está falando há três horas ao meu lado. Ele quer bater o recorde da minha permanência aqui na tribuna. Não sei para onde vamos caminhar.

Agora, as questões devem ser aprofundadas, discutidas de maneira séria. Sr. Presidente, quando faço esses comentários é aquela tal história, eu sou do jeito que sou. Respeito todo mundo, mas não vim para o mundo para engolir prato feito de ninguém. De ninguém! Sou um homem com as minhas circunstâncias, com os meus defeitos. Mas, tem hora que também não dá para ficarmos apenados diante das coisas que vemos.

Outro dia estavam falando: “Os políticos são responsáveis por todos os males que existem no mundo”. E esta “ladraõzada” que sonega impostos, que não paga nada? Conheço gente grande que nunca recolheu um centavo ao Imposto de Renda. São os primeiros a bater nos políticos, a dizer: “Olha, aquela escola lá não está nas condições nas quais deveria se encontrar”.

Então, acho que todos nós temos as nossas qualificações, nossas qualidades, nossos defeitos. Eu reconheço em mim mesmo muitos e muitos defeitos. Eu vou fazer o quê? Não sou nenhum Lugo, cheio de qualidades, de seriedade. Se fossemos aprofundar estas coisas, Sr. Presidente, no comportamento de muitos, você ir lá e ver o que estão fazendo, a coisa é braba!

Quero reafirmar aqui, mais uma vez, que quando eu falo alguma coisa, como falei hoje de um jornal que estava falando uma coisa, mas fazia a mesma coisa, na mesma coluna, quero reafirmar o respeito que tenho por todos os jornais, sejam eles grandes ou pequenos, pelos jornalistas. Um deles, já falei quantas vezes, o Wladimir Herzog, por que ele foi assassinado? Eles querem tornar prescritível os crimes que foram cometidos contra a vida.

Ontem, por exemplo, fui muito desagradável com alguns companheiros que estiveram no meu gabinete. Sabem por quê? Eles queriam a transferência de um funcionário da Cidade deles para outra Cidade. Eu falei: escuta este camarada é corrupto? “Não, não é.” Ele tem família? “Tem”. Ele tem filhos? “Tem”. Estão na escola? “Estão”. Então, escutem, porque é que vamos tentar tirar um cara que está com a filha, que a mulher talvez leve para a escola, está ali com um emprego, e você mandá-lo pra “Conchinchina” porque um cara não gosta dele?

Isso o Governo Requião faz, mas de maneira séria. Vi uma vez a tentativa de uma figura importante, vamos dizer, da política, tentando tirar um profissional de determinada Cidade. E a conversa foi mais ou menos esta, que

eu sempre fiz na minha vida. E agindo. Escuta, ele tem família. A família dele depende do emprego e das condições, das circunstâncias a que ele está submetido ali. Então, por que é que vamos tirar? “Não, mas ele não votou na gente!” E daí? Talvez ele estivesse certo não votando em nós. Onde é que está a verdade? Será que o cara que votou em mim é o que está certo? Ou será aquele que não votou? Se queremos ser democratas, temos que abrir o espírito mesmo e nos submetemos a tudo isto.

Sr. Presidente, eu nem pretendia falar destas coisas. Mas, fiquei ouvindo a Band News, semana passada, fiquei pensando: o cara faz um financiamento do carro, vai ao banco e fala: “Quero saber, de maneira oficial, preciso fazer minha declaração de Imposto de Renda, quero saber quanto eu paguei”. “Ah, o senhor tem que pagar R\$ 100”. O Banco Central do Brasil, não, é Banco Central dos bancos particulares e dos interesses do grande capital nacional. É este o nosso Banco Central. Deveria ser um banco submetido a um conselho de gente séria, para não praticar a política que ele sempre praticou aqui, que é de defesa dos privilégios e dos interesses da classe dominante.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputado Chico Noroeste, Deputado Scanavaca, Deputadas, Deputados, visitantes e paranaenses que nos dão a honra de acompanhar os trabalhos da Assembleia Legislativa através da TV MERCOSUL e da TV SINAL.

Sr. Presidente, quero que fique registrado nos Anais da história e vou proceder, com a permissão de V. Exa., a leitura de um currículo do professor Roney Marczak, violonista e maestro da Orquestra da Câmara Maxi. Considero o professor Roney Marczak um dos maiores talentos musicais do mundo, consagrado, ele que nasceu em Londrina em 28 de dezembro de 1972. Ele teve aula com grandes músicos, teve uma passagem extraordinária pela Europa, em especial pela Alemanha, está sempre atento, muito ativo, muito participante a todos os movimentos culturais e em especial na sua área, que é a música.

Que orgulho para nós podermos ter um grande “pé vermelho”, nascido na minha Cidade de Londrina, que se consagra não só no Brasil, mas na Europa, e quando se fala em Europa é uma consagração mundial desse violonista, o professor Roney Marczak. Nossa homenagem a esse talento e a expectativa que o novo Prefeito da Cidade de Londrina, o Prefeito eleito Barbosa Neto, possa dar à

área da cultura a atenção tão necessária, porque a prosperidade de um povo tem muito a ver com a cultura e a música. É o que li um dia em um conservatório musical: “A música internacional”. Ou seja, nós ouvimos o Hino Nacional Brasileiro aqui, tocado por exemplo pela Banda da Polícia Militar do Paraná, e se estivermos em Moscou e o nosso hino for tocado por um banda de lá, vamos estar identificando. Então, é interessante, porque a música é um idioma internacional. E quando vemos pessoas com esse dom como o do professor Roney Marczak, temos que louvar a Deus. É uma família abençoada, ele vem de um berço, o pai e a mãe são professores e, sem dúvida nenhuma, o professor Roney Marczak é um orgulho para nós de Londrina, um orgulho para nós do Paraná, um orgulho para nós de todo o Brasil.

O jornal O Paraná, de Cascavel, traz aqui. “Caos na Segurança domina debates na Assembleia Legislativa. O que está acontecendo com a violência é de assustar. Aqui o jornal lembra que, por exemplo, em uma região de tanta prosperidade no Paraná, como o Oeste do nosso Estado, de 50 Cidades, em 27 Cidades, ou seja, na maioria, não há um policial civil sequer. E também não adianta só ter o policial se ele não estiver treinado, se ele não tiver bom salário, se ele não estiver com arma para enfrentar o bandido, porque é sabido que muitos bandidos estão melhor armados do que a própria Polícia.

Então, é preciso que a Polícia esteja fortemente armada para combater os bandidos e oferecer aos paranaenses a segurança que o povo não está tendo. É assalto nas chácaras, sítios, fazendas, assalto no comércio, é a roupa que é roubada no varal de uma família pobre, é o rádio, é a carteira que é batida dentro de um ônibus, é a aposentadoria de muitos coitados, que acabam de retirar a aposentadoria no banco e de repente são assaltos nos terminais, nas ruas, em especial dentro do ônibus. É carro que é roubado, é estupro, é assassinato. Como na nossa Cidade de Londrina, jovem é assassinado na avenida Higienópolis, que é a grande avenida da Cidade. Gente sendo assassinada dentro de casa quando estava assistindo televisão, Pastor assassinado dentro da igreja, quando estava fazendo uma oração, os fiéis da Igreja Evangélica de mãos dadas, orando, pedindo o quê? Pedindo paz, segurança para a Cidade de Londrina, e entra um bandido dentro da igreja, não era nenhuma vingança contra o Pastor, em princípio poderia ser, mas não era, Presidente Nelson Justus, o cidadão ia passando e resolveu entrar na igreja e: “Quem é que eu vou matar?” Matou o Pastor. Isso já tem um tempo. Agora, na semana passada, outro Pastor foi cruelmente assassinado.

Então, queremos defender que o povo de Londrina precisa de segurança, o povo de Paraná precisa de segurança. É gente sendo assaltada em sinaleiro, nas esquinas, andando na rua, é gente sendo jogada, como aqui em Campo Largo, matam a moça, jogam de cima da ponte, uma outra sobreviveu; é professora sendo assassinada, aqui em Almirante Tamandaré, dentro da escola. É verdade que um ou outro crime pode ser

aquele que se separou da mulher, é vingança, é crime passionai, mas há também o crime provocado tendo como origem a droga, o alcoolismo, a impunidade, e as autoridades da Segurança Pública tentam iludir o nosso povo de que está tudo bem, está tendo Segurança. Mentira, o povo anda assustado, tem gente que tem medo de ficar dentro de casa e ser assaltado dentro de casa, tem gente que tem medo de sair na rua e ser assaltado. Hoje tem praças, mas acabou aquela história de uma família se sentar numa praça para conversar com os amigos. V. Exa. tem coragem de sentar numa praça à noite para conversar com os amigos? Eu duvido. Aquele jeito gostoso das famílias de puxar um banco no portão de casa e à noite ficarem puxando uma prosa, tomando a chamada fresca, pôr a prosa em dia, tudo isso acabou. Você coloca uma cadeira no portão de casa, vem uma moto na calçada e mata você, vem um carro, entra na calçada; quando não é o carro, não é o caminhão, não é o ônibus, é o bandido que vem, é o assaltante.

Então, o povo clama pela Segurança que hoje deixa muito a desejar. Há um clima de total insegurança, é aquela mãe que às vezes fica na janela, na varanda, no portão de casa, orando, rezando para Deus proteger a filha que está estudando, o filho que vai chegar um pouco mais tarde em casa, porque a família tem consciência do risco que o filho está correndo quando vai voltar mais tarde para casa. E muitas vezes a violência está dentro da própria sala de aula, no aluno drogado.

Por isso entramos com um projeto para que o Governo instale, com urgência, câmeras de segurança em todas as dependências das escolas, para que, com posse dos vídeos, as autoridades possam ter mais facilidade de punir os verdadeiros responsáveis pela violência que atinge, em alto grau, as nossas escolas.

Para encerrar, Sr. Presidente, não pretendendo aqui incentivar o homossexualismo, cada um escolhe sua opção sexual, mas vejo na Folha de São Paulo de hoje, o BRADESCO vai ter que pagar uma indenização de R\$ 1 milhão e 300 mil porque demitiu o gerente de Salvador, Bahia, ao descobrir que ele era homossexual. A Justiça do Trabalho condenou o BRADESCO a pagar indenização ao seu ex-gerente Antonio Ferreira dos Santos, 47 anos. O BRADESCO foi condenado por assédio moral e discriminação sexual da sua demissão por justa causa.

Não estamos aqui para incentivar o homossexualismo, mas se o cidadão está ali cumprindo com sua tarefa, exercendo a sua missão como gerente, por que demiti-lo? Há quem diga que o homossexualismo atinge 15% da população. Na pior das hipóteses, seria interessante para o BRADESCO manter um gerente homossexual, porque com 15% da população que é dessa faixa, o rendimento financeiro para o banco poderia ser compensatório. Mas não estamos aqui discutindo lucro. No século que estamos vivendo, no ano de 2009, quando recentemente, uma mulher, Primeira Ministra e um País asiático, foi para a televisão e reconheceu que é lésbica, ela é chefe suprema daquele País.

Caso até do Lugo, que tinha uma creche para abrigar tantos filhos que já colocou no mundo no tempo em que era Bispo. E estamos vendo, neste tempo em que vivemos, alguém sendo punido, perdendo o emprego pela sua condição de homossexual. Uma nota zero ao BRADESCO e a todos os empresários que pensam e agem dessa maneira, fazendo opção, não pela competência, mas chegar a ponto de demitir um gerente porque a direção do banco descobriu que ele era homossexual.

Então, parabéns à Justiça do Trabalho que, em boa hora, puniu o BRADESCO com uma condenação de R\$ 1 milhão e 300 mil, porque a direção desse grande banco não respeitou a opção sexual de seu funcionário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna no dia de hoje é para aqui deixar registrada uma atitude louvável do Prefeito da Cidade de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau Filho. No dia de ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ele anunciou a aquisição da antiga Indústrias Wagner, situada no coração da Cidade de Ponta Grossa e que, por questão financeira, foi desativada há bastante tempo.

O Wosgrau nos falava, em conjunto com o Vice-Prefeito Rogério Serman, que ele estava nas tratativas com o proprietário dessas indústrias - uma empresa de São Paulo é a dona do patrimônio - que ele tinha vontade de adquirir. Havendo dificuldades, problemas judiciais, mas, na tarde de ontem, numa reunião no gabinete, o Wosgrau e o Rogério Serman, acompanhados dos Vereadores, do Presidente da Câmara, o Vereador Sebastião Mainardes, demais Vereadores, Secretários, ele anunciou a compra. Uma compra interessante, Sr. Presidente. Lá ele comprou um terreno de 47 mil m2, no coração da Cidade de Ponta Grossa, pagando R\$ 3,8 milhões, valor esse parcelado em três anos. Ali ele vai poder implantar, colocar estrutura de um centro de educação, cultura e também espaços para área de Saúde.

O Wosgrau vai investir R\$ 19 milhões. Uma parte com recursos do Município, outra parte com empréstimos do PARANACIDADE, que ele vai fazer para que possa implantar uma biblioteca municipal, uma pinacoteca, uma nova escola, um centro de educação infantil - CENEL, e um centro de música. O Prefeito vai urbanizar toda aquela região e, naturalmente, aqueles que vivem em Ponta Grossa, as pessoas que vivem na região de Olarias no Município de Ponta Grossa, que é o local onde está localizada essa antiga Indústrias Wagner, esse terreno, vai poder ter um espaço para frequentar, para as crianças estudarem, para que aqueles que querem lá estudar e ler, terem uma biblioteca à disposição e para que a escola de música possa lá ser implantada.

Com tudo isso, ganha a Cidade de Ponta Grossa, pela boa administração que o Pedro Wosgrau vem fazendo. O Wosgrau que tem aliança partidária com o Democratas partido nosso, o qual o Vice-Prefeito Rogério Serman representa o nosso partido como vice na chapa e, naturalmente, em conjunto, implantando na Cidade de Ponta Grossa um projeto para que possam os moradores daquele Município ter uma melhor qualidade de vida.

É isso que queremos, e agradeço aqui o Sr. Presidente, os Srs. Deputados, e deixo registrada essa importante ação do Pedro Wosgrau e do Rogério Serman na Cidade de Ponta Grossa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sr. Deputados.

Vamos usar o horário da Liderança do PPS hoje. Como vários Deputados já se manifestaram, o que eu queria deixar são três pontos que gostaria de falar nesta manhã. Primeiro ponto, com relação às casas populares que o Governo vem anunciando. Tem muita propaganda, porque, na verdade, as casas ainda não existem. Conversava com algumas pessoas, e se formos levantar os números de recursos investidos pelo Governo Federal em propaganda, dá mais de R\$ 1 bilhão de dinheiro público investindo, pagando os jornais, pagando emissoras de TV, de rádios. Enfim, R\$ 1 bilhão do Governo Federal, do Governo Lula, R\$ 1 bilhão! E vira e mexe, você está assistindo a um canal de televisão e está lá a propaganda falando do Projeto Minha Casa, Minha Vida. Só que é só propaganda.

Quero lembrar aqui também do Fome Zero. Cadê aquele Projeto Fome Zero, que ia acabar com a fome? Foi propaganda, muita propaganda, e caiu no esquecimento o Fome Zero. Ontem ainda vi um programa de televisão, de madrugada, tratando da fome no Brasil. Tem regiões em que as pessoas passam imensas dificuldades. Então, o Fome Zero foi uma grande jogada de marketing que o Governo Lula fez. Agora, vem essa jogada de marketing que o Governo Lula fez. Agora, vem essa jogada de marketing de 1 milhão de casas 1 bilhão em propaganda. Olhem só, o Governo Federal, 1 bilhão. É dinheiro para a Globo, é dinheiro para “enes” empresas. Por isso que falam vem do Presidente. Tem Político que se utiliza muito disso, pega o dinheiro público e paga para apresentadores de televisão falarem bem dele. Paga caro. Aí, nesse jogo entra a imprensa, infelizmente. E claro, respeitamos, sim, os bons comunicadores, as pessoas sérias se de respeito, mas é dinheiro do povo.

Se formos contabilizar isso também para os Governos Estaduais, para as Prefeituras Municipais, quanto de dinheiro público está indo para a comunicação divulgar obras que muitas vezes estão só na cabeça daquele governante?

Já tem alguma casa construída desse Projeto Minha Casa, Minha Vida? No Paraná está previsto para atender 49 Municípios, dá 10% da necessidade dos Municípios, ou seja, 10% dos Municípios praticamente estão sendo atendidos.

Então, temos que relembrar isso à população, nós que somos Deputados.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Douglas, ouço com atenção e via, dias desses, no orçamento do Governo Federal, o valor que o Governo gasta em publicidade. Eu fiquei assustado! Todos os Governos sempre gastaram, mas agora, analisando e comparando com o Governo anterior a este que está no comando do País, eles dobraram o valor da publicidade. para se ter uma idéia, hoje o Governo Federal gasta R\$ 1 bilhão, vou repetir, R\$ 1 bilhão e duzentos milhões por ano. Então, pegue os quatro anos do mandato do atual Presidente da República, multiplique por quatro, dá R\$ 4,8 bilhões em propaganda, publicidade, para os meios de comunicação, para os canais de televisão, para alguns jornais. E o pior é que tudo isso não tem critério de quanto vai ser destinado para um meio de comunicação, para outro. Não tem, vai da doce vontade do responsável pela pasta, em Brasília, que decide quanto vai destinar para um canal de televisão, para outro, para um jornal, para uma rádio, para outra.

Então, é muito dinheiro. E tudo isso, se nós analisarmos, eu digo: o que é o dinheiro público? É aquele recurso que é arrecadado através da cobrança dos impostos, das taxas, isso é o dinheiro público, como é também dinheiro público sonegado, muitas vezes, por muitas pessoas no nosso País que não recolhem os recursos para os cofres do Governo Federal, Estadual e Municipal. Isso também é dinheiro público.

Então, só queria aqui salientar, em cima do seu pronunciamento, o montante que é gasto em publicidade no nosso País. Se esses R\$ 4,8 bilhões fossem destinados para melhorar a Saúde no Brasil, a situação seria outra. Falo 4,8 bilhões, contando o mandato inteiro do atual Presidente da República.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Quantas casas populares poderiam ser construídas?

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Não sou engenheiro e não tenho o valor exato. Custa em torno de R\$ 15 mil uma casa popular. É só dividir 1 milhão e 200, para um valor desse, que você terá uma idéia.

Imagine o quanto é desperdiçado de recurso público no nosso País! Quantas salas de aulas poderia, ser construídas? Quanto dinheiro poderia ser investido na Segurança Pública do nosso País, que vai de mal a pior? O banditismo avança e a Polícia não tem estrutura e condições de combatê-lo, por falta de prioridade dos Governo de investir recursos nessa área. Apenas para deixar registrado, quatro anos de mandato, R\$ 4 bilhões de 800 milhões.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (DEM)

Fia o alerta, que o Governo Federal tem difulgado bastante as ações. O Projeto Minha Casa, Minha Vida, do Governo, que já foi aqui bastante discutido, não existe na prática, só está no imaginário das pessoas. A propaganda cria a imaginação, das pessoas veem na televisão e ouvem no rádio, mas na realidade as pessoas estão pagando o aluguel, às vezes de R\$ 500 por mês, outras mais caro, ou mais barato.

Segundo assunto, comentar a Segurança Pública, falar dos projetos que existem aqui na Assembléia Legislativa. Os Deputado têm cumprido com sua parte, para melhorar a questão da Segurança Pública. Fiz um levantamento, onde no ano de 2007 foram discutidos 852 projetos, no que dá na média de 2,33 por dia. Desse 852, tem 31 que trata, do tema Segurança Pública. A função dos Deputados é apresentar projetos e lutar para melhorar a Segurança Pública do Paraná. Em 2008 foram 547 projetos, no total, discutidos aqui, e desses foram 24 sobre o tema Segurança Pública. Este ano, no nosso levantamento que vale até o dia 14, 144 projetos que passaram pela Casa, discutidos pelo Deputado, sete tratam do tema Segurança Pública.

Deixar a nossa mensagem, que os Deputados estão trabalhando neste sentido.

Temos também hoje um requerimento, que será discutido agora na sequência, pedindo a presença do Secretário da Segurança Pública, para vir à Assembléia, para discutir com os Deputados. É um convite aberto, não em reunião fechada, no plenário, para debater sobre o tema.

Há um projeto de segurança pública de nossa autoria, que foi acoplado junto com o Deputado Ney Leprevost, e esse projeto prevê a cassação da eficácia da inscrição do ICMS, no cadastro de contribuintes, para as empresas que receptarem, comprarem produtos oriundos de cargas roubadas. É uma forma de ajudar na questão da Segurança Pública. Se há um comerciante que quer agir de forma desleal, que compra de alguém que roubou um produto, ele está sendo conivente e não pode continuar sendo comerciante oficialmente. Com isso, imaginamos que o projeto, sendo aprovado, poderá melhorar a questão da Segurança Pública no Estado do Paraná.

Nosso tempo já se esgotou, volto na próxima Sessão com mais assuntos que precisamos votar.

Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Último orador inscrito, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna no dia de hoje é falar sobre um dos direitos básicos assegurados ao cidadão brasileiro, um direito que está no artigo 5º da Constituição Federal da República, de 1988, que é o direito à propriedade.

Observamos na semana passada, no Estado do Pará, um caso em que membros do Movimento Sem-Terra, o MST, chegaram a utilizar repórteres da Rede Globo de TV como escudo contra seguranças que tentavam garantir a integralidade do território de uma determinada fazenda.

Hoje pela manhã, Deputado Osmar Bertoldi, eu lia no jornal Gazeta do Povo que aqui no interior do Paraná houve um caso de incêndio em barracos que seriam utilizados por sem-terra.

Não venho aqui exatamente para fazer apologia da grande propriedade rural, Deputada Rosane Ferreira, nem para defender interesse de fazendeiros, até porque não é um dos segmentos que represento nesta Casa. Mas, venho aqui para fazer um alerta aos Deputados Estaduais, que deve ser levado aos Deputados Federais, aos Senadores, às forças policiais, ao Poder Judiciário, de que está na hora de fazermos com que a Constituição seja respeitada, fazermos com que a Constituição da República, que foi elaborada por pessoas eleitas pela população com este fim, seja cumprida à risca.

O direito de propriedade está sendo desrespeitado no Brasil. Hoje existe o movimento chamado MST e esse movimento sobrevive à margem da lei. Ou seja, é um movimento marginal. Estou afirmando aqui claramente, sem medo de polemizar. Não que todos aqueles que são sem-terra são marginais. Em hipótese alguma. Tem muito trabalhador honesto que luta pelo seu pedaço de terra. Agora, o MST como movimento, é um movimento marginal. E o que me deixa perplexo é que, através de Organizações Não Governamentais, eles recebem verbas do Governo Federal.

Está na hora de darmos um basta a isso em nome do direito à propriedade privada. Não existe economia neste mundo, seja na Europa, nas Américas, que possa evoluir sem o respeito à propriedade privada. E quando me refiro à propriedade privada, me refiro também à bicicleta do pedreiro que a tem como uma propriedade privada e tem que ser respeitada; refiro-me à bolsa da dona de casa, que está andando no centro da Cidade e que não tem a sua bolsa, porque o criminoso está agindo nas ruas e roubando a bolsa. Quando o MST invade uma área produtiva, ele está fazendo igual àquele que rouba a

bicicleta do pedreiro, igual àquele que rouba a bolsa de uma pessoa que está andando pelo centro, uma aposentada que às vezes acabou de receber seu dinheiro, naquele momento, no banco.

Então, precisamos começar, aqueles Parlamentares que defendem a democracia, que defendem a liberdade, que defendem o estado de direito, precisam começar uma movimentação para que a Constituição Federal seja respeitada neste Brasil.

Reforma agrária, sim. A reforma agrária se faz necessária e ela já era necessária antes de Cristo, na época dos irmãos Graco, na Roma antiga, quando eles tentaram promover a reforma agrária. Mas reforma agrária sem violência, sem invasões de terra, sem desrespeito ao direito à propriedade, até porque, Deputado Reinhold Stephanes Júnior, o Código de Processo Civil Brasileiro permite que aquele que tiver a sua propriedade invadida reaja, inclusive com o uso da força e com o uso da violência, o que evidentemente sou contra, mas está aqui o Deputado Durval Amaral, que é um grande jurista e que pode confirmar que o Código Civil Brasileiro permite o uso da violência no caso da garantia do direito à propriedade.

Então, se não for tomada uma providência, este País vai virar um verdadeiro caos. Temos visto casos de invasões de terra em todo o Brasil. Infelizmente, lá no Pará, a Governadora Ana Julia Carepa não está obedecendo às ordens judiciais de reintegração de posse, e esse mau exemplo fica para todo o Brasil. Se esta onda pega, daqui a pouco as instituições estarão esfaqueadas, a Constituição Federal terá que ser rasgada, e o MST, que é um movimento marginal, estará, acima de tudo, conseguindo o seu objetivo que é manipular pessoas humildes, menos esclarecidas, que passam por necessidades, que passam por um grande sofrimento, mas que quando se transformam em turba, já explicavam os sociólogos, é o grande perigo: acabam cometendo atos de violência, atos impensados que podem, sim, prejudicar muito o desenvolvimento da democracia conquistada a tão duras penas neste País.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Ney Leprevost, eu me solidarizo com suas palavras. Eu penso, geralmente, muito semelhante a V. Exa., e neste caso, mais uma vez.

O MST, os seus líderes, eu considero bandidos. Pessoas que usam pessoas que precisam de ajuda, de emprego, às vezes tratamento médico como massa de manobra, para fazer invasões, e não é o caminho.

O caminho hoje é você apoiar o agricultor, o seu filho que normalmente tem que se mudar do Paraná, ou de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, e ir para o Mato Grosso, Rondônia, onde as terras são mais baratas, e apoiando, eles têm vocação, já tem tecnologia, tem conhecimento da terra e vai ficar nela. Se você apoiar o

pequeno agricultor, assim você faz a reforma agrária, e não dar terra para quem não tem terra, simplesmente. E muito mais desta forma onde pessoas que são financiadas, infelizmente, com recursos públicos, através de ONGs, o Governo Federal libera recursos para o MST, como disse o Ministro Gilmar Mendes, e depois eles vão fazer invasões, violência e, pior, estão usando arma de fogo como vimos agora no Pará, onde a Governadora do PT não faz nada.

Isto é uma pena. Espero que isto mude e que realmente a sua posição seja mais respeitada, que é a mesma minha.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Ney, um belo pronunciamento, falando a verdade. A lei existe para todos. Não é só para alguns e para outros não. E a lei tem que ser cumprida.

Apoio o seu pronunciamento, o senhor traz aqui a veracidade, a verdade, e nós que vivemos num País democrático temos que defender a nossa Constituição, e é isto que nós fazemos.

Quem não defende, quem atropela a Constituição, está cometendo uma ilegalidade, e é isso que o movimento, entre aspas, social, MST, faz no nosso País.

Obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Plauto, pelo seu aparte.

Sr. Presidente, esclarecendo que temos todo o respeito pelos movimentos que são verdadeiramente sociais. Mas o MST, no meu entendimento, não é um movimento social, é um movimento marginal. Marginal no sentido de estar à margem da lei e de utilizar-se de ONGs para receber ilegalmente recursos do Governo Federal.

O INCRA, infelizmente, é hoje um dos órgãos mais incompetentes do Governo Federal, porque sequer dá conta de cuidar, de maneira adequada, dos assentamentos de terra que existem pelo Brasil afora, onde aflora a pobreza, a miséria, a fome, a falta de condições mínimas de saúde, a falta de dignidade para as pessoas. Lamento muito que nesses acampamentos dos sem-terra utilizem-se de crianças, pessoas idosas. Vejo ali crianças sem acesso a um alimento digno, sem acesso a uma escola decente, tudo porque algumas pessoas gananciosas acreditam que é possível construir uma sociedade comunista em pleno 3º milênio.

Meu repúdio, aqui desta tribuna, ao MST, esse movimento marginal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Último orador inscrito, concedo a palavra ao Sr. Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna porque gostaria de fazer um debate não a respeito do MST, até porque V. Exas. têm uma opinião e nós temos uma opinião completamente diferente. Não considero o MST um movimento marginal, não acho que seja composto por bandidos. Acho que esse conceito é muito aberto, é muito geral. Aliás, se formos fazer uma analogia, diria que esse é um tipo de expressão que muitas vezes é usado para o Parlamento indevidamente, quando se diz que no Parlamento há bandidos, marginais, pessoas que não têm a menor qualificação. Indevidamente, assim como acho que é indevido classificar o MST, que é um movimento social mais importante que temos hoje no Brasil, como um movimento marginal.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Em momento algum afirmei que o MST é constituído de bandidos. Eu disse que é um movimento marginal no sentido de ser um movimento à margem da lei. Tudo que está à margem da lei é marginal. Apenas para esclarecer isso.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Enfim, não é esse o tema que quero debater aqui, até porque temos posições diferentes. Os arrozeiros que ocuparam terras em Roraima têm uma posição, nós temos outra, entendemos que 6 milhões e meio de hectares nas mãos de um único proprietário, aliás, se diz proprietário, que é do grupo do Sr. Cecílio do Rego Almeida, no Sul do Pará, também não é propriamente um exemplo de como ocupar terras públicas. Mas esse é um outro debate. O que quero colocar aqui é um pouco do que é o plano habitacional Minha Casa, Minha Vida. A verdade é que esse programa foi lançado no dia 25 de março e tem como meta o acesso a 1 milhão de moradias à famílias com renda de até 10 salários-mínimos. E que algumas providências foram tomadas.

O que me chama a atenção e que nessas duas últimas semanas, temos visto diversas críticas, inúmeras críticas a um programa que tem um mês e que deve ser melhorado. Mas á um programa que tem como fundamento também fazer com que possamos criar empregos em meio a uma crise, que não somos nós do Partido dos Trabalhadores que estamos dizendo, são todos os analistas, do mundo todo, que estão analisando que esta é a crise mais grave que temos desde 1930, uma crise internacional, uma crise nacional, que está cortando milhares de empregos no Brasil, milhões de empregos no mundo todo, e que precisam ser tomadas iniciativas através dos Governos, que possam minimizar este processo.

V. Exa., Sr. Presidente, que esteve um tempo na iniciativa privada, na área de construção, sabe que não há segmento que dê resposta rápida como o segmento da

construção civil. Nenhum dá uma resposta tão rápida quanto este, porque emprega diretamente algumas pessoas, inclusive com qualificação menor.

Mas, o que me chama a atenção - e eu vi o Deputado Luiz Claudio Romanelli aqui - é que não está sendo dito, por exemplo, que neste programa a União solicita apresentação dos projetos às construtoras. Os projetos são analisados e controlados pela Caixa Econômica Federal, a maior parte dos recursos são da Caixa Econômica Federal, as famílias têm direção indicadas por Estados e Municípios. Repito: são indicadas por Estados e Municípios daqueles que estão contemplados no processo, pegam uma prestação de 10% da renda, somente após a entrada no imóvel, por 10 anos, com prestação mínima de R\$ 50 por mês. E o registro de imóvel é feito no nome da mulher. Coisa que não existe no Brasil, hoje, como programa. Por que no nome da mulher? Porque é a mulher que fica com os filhos. A maioria das vezes, e isto não só no Brasil, mas no mundo todo, quando foi escrito o livro O Banqueiro dos Pobres, pelo Yunes, ele dizia que o minicrédito, o microcrédito deve ser ofertado às mulheres, porque são elas que na hora em que a situação fica mais difícil ficam com os filhos e inclusive com a responsabilidade de agregar a família. São as mulheres que não vendem o imóvel para diversas outras atividades que não aquela principal, que é sustentar e segurar sua família.

A ampliação do subsídio em financiamento oriundo do recurso do Fundo de Garantia, para aquisição, construção de 1 milhão e 600 mil imóveis, aporte de 10 bilhões, 2 bilhões e meio da União e 7 bilhões e meio do Fundo de Garantia, que são recursos do trabalhador. Subsídio por família, triplicados e progressivos. E alguns outros itens que são colocados.

Mas, o que me chama atenção é que temos a criação do Fundo Garantidor de R\$ 1 bilhão, que permite o refinanciamento em parte das prestações em caso de perda temporária de renda. Hoje, a COHAB, a COHAPAR, sabem aqueles que já tiveram contato tanto com as COHABs, que foram Prefeitos, como com a COHAPAR, que quando você perde o emprego e não consegue pagar suas prestações durante seis meses, você perde o imóvel.

Estamos vendo que há, neste projeto, um processo que permite o refinanciamento e que faz com que estas prestações sejam garantidas, mesmo em perda temporária de renda. Garante 36 prestações de três a cinco salários-mínimos; 24 prestações de cinco a oito salários-mínimos; e 12 de oito a 10 salários-mínimos. Estamos falando de gente que ganha R\$ 4 mil, que poderão ser contemplados neste processo.

Faz um barateamento do seguro. V. Exas. sabem que o seguro, hoje, é um dos itens que pesa no financiamento. Colocam 1 bilhão para o seguro.

A União garante quitação do financiamento em caso de morte, invalidez permanente e danos físicos ao imóvel.

Renda de até cinco salários-mínimos não terá cobrança de taxas. Demais contribuintes, taxa de 1,5% a

6,6% da prestação, dependendo da idade inclusive, Srs. Deputados. Financiamentos para construtoras: duas linhas de financiamento.

Infraestrutura, linha especial com juros de TJLP, mais 1% e carência até o final da obra. No valor de 5 bilhões.

Cadeia produtiva: linha do BNDES, construção civil, de 1 bilhão. Há desoneração para construtoras. V. Exas. acompanharam a desoneração de diversos itens da construção civil. Dito, inclusive, pelo Presidente da Câmara de Construção Civil do Brasil, que isto vai ajudar, sim, a construção civil.

A redução de sete para 1% da taxa de regime especial tributário, para atender custos dos cartórios. O cartório é caro, para quem compra um imóvel pequeno. Está sendo proposto que para mutuários o registro é gratuito, para renda de até três salários-mínimos e redução até 90% das demais faixas.

Para o empreendedor, redução de 75 a 90% do custo do registro, dependendo do valor do imóvel. E simplificação da regularização fundiária. A MP simplifica procedimento de identificação dos proprietários em áreas ocupadas. Hoje, só em Curitiba, temos quase 350 áreas e acelera o processo.

Isto é tudo o que nós queremos? Não é. Nem de longe. Mas, vamos ser sinceros, é um programa que em época alguma, em todos os outros Governos, desde que foi extinto do BNH, em todos os outros Governos nunca foi tomada uma iniciativa semelhante.

Então, não dá para vir aqui fazer uma série de críticas, sem pelo menos conhecer o projeto. Acho que temos que fazer aqui na Assembleia um grande debate a respeito disso, porque os erros devem ser corrigidos, mas da forma como ouço as críticas, a impressão que dá é que é a pior coisa que aconteceu, quando na realidade estamos falando de um programa que pode, sim, gerar 1 milhão, ou 500 mil, ou 100 mil novas moradias, mas que vai gerar emprego e renda.

É inegável, Sr. Presidente. Estamos falando de um projeto que vai trazer benefícios para inúmeras pessoas. Se não vai atender os 400 mil que temos no Paraná ou no Brasil, é claro que não vai, se vai ter problemas com a política da Prefeitura, vai, mas não tinha antes? Por acaso as Prefeituras que já haviam doado os terrenos para a COHAPAR já tinham condição de garantia da sua construção? Não tinham. Estamos fazendo aqui um sofisma. Não havia nada. Esse projeto não atrapalhou em nada o que já existia. A impressão que dá é que porque o Governo lançou esse projeto, está fazendo uma projeção de casas que vão fazer.

Olha, perdoem-me, mas não conheço nenhuma Prefeitura, nenhum Governo Estadual e nenhum dos Governos Federais que antecederam este Governo, que não falassem de coisas que vão fazer. Ou não é assim no Município de Curitiba? Ou o Prefeito Beto Richa não está dizendo que vai zerar a fila das creches até 2012?

Não conheço nenhuma creche construída para zerar a fila hoje, mas vai acontecer. É claro!

Concedo um aparte à Deputada Luciana.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Só quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e acho que os pronunciamentos desta manhã realmente merecem um aprofundamento e acredito que na semana que vem podemos conversar melhor e até mesmo colocar um pouco a nossa posição sobre as posições aqui colocadas, tanto na questão do MST, essa grande discussão que está acontecendo aqui, que acho importante colocarmos, e cada um colocar a sua posição, a sua maneira de ver, mas também até mesmo convidar os próprios Deputados para que conheçam qual é a realidade de um acampamento, como se vive em um assentamento, para que também possam ter mais conhecimento de como vive hoje um assentado, como vive hoje um acampado. Fica um convite a todos que queiram conhecer melhor a realidade dos acampamentos e assentamentos.

Mas, queria parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento com relação ao programa de habitação, porque a cobrança aqui vai no sentido de como se realmente o programa já tivesse sido divulgado há um ano e até agora não tivesse acontecido nada, e o programa faz 30 dias que foi anunciado, e mais do que isso, o programa prevê e está aberto para algumas mudanças. Assim são os projetos, porque apresentamos projetos aqui, o Governo apresenta projetos aqui, são apresentadas emendas e assim também está esse programa. Precisam ser corrigidas algumas coisas? Claro que sim, mas acredito que isso vai acontecer para que o programa possa ficar ainda melhor ser ainda mais aperfeiçoado.

Então, só queria parabenizar V. Exa. por isso, e com certeza, nos próximos dias, também podemos conversar melhor ainda sobre as ações do Governo Lula, que acredito que é isso que deixa muitas gente sem sono, principalmente a Oposição fica sem sono, porque não consegue encontrar onde possa haver críticas ao Governo Lula. Então, acontece até isso: um programa é lançado há 30 dias e já querem ver a casa pronta e as pessoas já morando dentro da casa. Isso porque realmente o Governo Lula vem fazendo um Governo exemplar. Como disse o Obama, realmente o Presidente é uma liderança mundial.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputada.

Encerrando, Sr. Presidente, lembro que temos hoje uma situação específica no Brasil e V. Exa. foi Secretário e sabe que o Congresso Nacional poderia já ter aprovado, há 10 ou 15 anos, a emenda que levava o nome do ex-Presidente do Congresso Ulysses Guimarães. A Emenda Ulysses Guimarães prevê que Estados, Municípios e a União destinem no mínimo 2% do seu orçamento para a habitação popular. Se isso, de fato, tivesse acontecido há 15 anos, não teríamos o déficit de 10 milhões de habitações que temos hoje.

Então, acho que temos que colocar o pé no chão e entendermos que não dá para ficarmos esperando 15 anos, e quando as coisas acontecem nós saímos espedaçando, porque talvez não sejamos nós que vamos entregar a chave da casa, Sr. Presidente. Às vezes me parece isso, que nós queremos um programa onde nós possamos levar a chave da casa e entregar para aquele nosso Prefeito, nosso correligionário. Não vai acontecer desse jeito porque é um programa emergencial.

Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Elio Rusch, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 13 a 17 abril, devido a licença médica. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 416/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de uma creche para o Município de Lunardelli. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 417/09 e 418/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de ônibus escolar para os respectivos Municípios: Lunardelli e Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 419/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de uma ambulância para o Distrito de Panema, Município de Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 420/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, regulamentação da Lei complementar nº 094, de 09/09/02, que criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de Lei em número de 02 (dois), de autoria de Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. Necessitam de Apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 375/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 675/08, que cria a 56ª Seção Judiciária com sede na comarca de Realeza, e adota outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 375/08
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a 56ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Realeza, integrada pelas Comarcas de Salto do Lontra e de Capitão Leônidas Marques, alterando o Anexo II, Tabela 2, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

§ 1º A 28ª Seção Judiciária fica integrada pela sede, Comarca de Francisco Beltrão e pela Comarca de Dois Vizinhos.

§ 2º A 38ª Seção Judiciária fica integrada pela sede, Comarca de Medianeira e pelas Comarcas de Matelândia e São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz Substituto, de provimento efetivo, para a Comarca de Realeza, alterando os Anexos V e IX, Tabela I, da lei referida no artigo 1º desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23/04/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
BETI PAVIN - Relatora

Poder Judiciário do Estado do Paraná
Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277 de 30/12/03
Seções Judiciárias - Anexo II - Tabela 2

...

28 ^a	Francisco Beltrão	Francisco Beltrão	INTERM	1	1
		Dois Vizinhos	INTERM		0

...

38 ^a	Medianeira	Medianeira	INTERM	1	1
		Matelândia	INTERM		0
		São Miguel do Iguaçu	INICIAL		0

...

56 ^a	Realeza	Realeza	INICIAL	1	1
		Salto do Lontra	INICIAL		0
		Capitão Leonidas Marques	INICIAL		0

Poder Judiciário do Estado do Paraná Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277/03 Magistratura Estadual - Anexo V								
Comarca/ Foro	Entrân- cia	Desembar- gador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Espe- cial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substi- tuto	Tota l
...								
Realeza	Inicial			1			1	2
...								

Poder Judiciário do Estado do Paraná Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277/03 Criação e Extinção de Cargos - Anexo IX Cargos da Magistratura Estadual - Tabela 1							
Comarcas	Desembarga- dor	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substi- tuto	Total
...							
Entrância Inicial							
...							
Realeza						1	1
...							

Passamos para o item 03. O item, segundo o projeto de autoria do Deputado Stephanes Júnior, deverá ser votado na segunda-feira para 3ª votação e na redação final.

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/09, anexo Projeto de Lei nº 122/09, de autoria do Deputado Dr. Batista a instituir o Programa de Vacinação contra HPV - Papiloma Vírus Humano na rede pública de saúde. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/07, anexo Projeto de Lei nº 456/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que determina a cassação da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, na hipótese que especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. (Publ. no DA nº 052/07 de 22/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 378/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

A presente proposição tem como escopo a determinação da cassação da inscrição no cadastro de contribuintes de ICMS da empresa que for flagrada adquirindo ou comercializando pelas e acessórios automotivos, de origem ilícita, furtadas ou roubadas.

Legitimidade e Constitucionalidade

A matéria, como pode se aperceber, versa sobre descadastramento de empresas que forem surpreendidas em certas situações. A matéria a ser disposta pertence aos Estados, por tratar, mesmo que de modo indireto, de arrecadação, especificamente sobre o trâmite para arrecadar tributo. Com espeque nisto, a iniciativa da proposição está insculpada no artigo 53 da Constituição do Paraná:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Assim, percebe-se que a iniciativa está em conformidade com o que se exige.

Prosseguindo na análise deve ser aprofundado o artigo 1º da proposição. Neste passo cabe asseverar que esta cassação poderá ocorrer apenas depois da plena comprovação de que as peças e acessórios automotivos foram de fato, declarados pela justiça, após respeitados o

devido processo legal e o contraditório. Antes disto nada pode se apurar ou cassar na hipótese desta lei, sob pena de se ferir o princípio da presunção de inocência, elevado a tope constitucional. Da mesma forma, pode se ferir o princípio da livre iniciativa de modo direto, por obstar a prática de atividade econômica por quem possui tal direito. Cabe ainda assinalar que a sanção estabelecida neste projeto não tem relação com a pena aplicada por eventual sentença condenatória na seara penal.

Para este detalhamento é que se fará indispensável a regulamentação por parte do Poder Executivo. No entanto, não pode vir um Poder a obrigar o outro a tomar certa providência, como quando se exige que em certo prazo o Poder Executivo tome certa providência. Para corrigir tal imprecisão é que se apresenta a emenda modificativa que segue como anexo.

No demais, em referência da Lei Complementar 095/98, nada há que possa obstar o prosseguimento do presente projeto de lei.

Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, pela consonância com os ditames legais e constitucionais, somos pela aprovação do presente projeto de lei, com a adoção da emenda modificativa que segue como anexo.

Sala das Comissões, em 03/07/07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 378/07

Com base no artigo 137, parágrafo 4º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, modificando o artigo 1º do projeto, com a seguinte redação:

“Art. 2º Para o cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei, a administração pública estadual baixará a regulamentação respectiva.”

Sala das Comissões, em 03/07/07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETOS DE LEI Nº'S 378/07 E 456/07

P A R E C E R :

As propostas de lei em observação, de autoria dos nobres Deputados Ney Leprevost e Douglas Fabrício, respectivamente, objetivam a cassação da eficácia da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS das empresas que comercializarem produtos oriundos de cargas ilícitas, furtadas ou roubadas.

Ressalte-se que esta Comissão de Finanças em reunião realizada na data de 11 de julho do corrente, através do relator Deputado Dobrandino da Silva exarou parecer favorável sobre o Projeto de Lei n° 378/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que determina a cassação da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, na hipótese que especifica.

Contudo, após a aprovação da matéria retro mencionadas, esta Comissão recebeu o Projeto de Lei 456/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição estadual dos estabelecimentos que comercializarem produtos oriundos de cargas roubadas, bem como o requerimento de anexação, tendo em vista a similitude das propostas.

Feito o histórico legislativo das matérias em exame, esta relatoria, entende ser necessária, a apresentação de emenda substitutiva geral, na forma constante em anexo.

Em sendo assim, manifestamos nosso parecer favorável, na foma da emenda substitutiva geral que apresentamos em apenso

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15/08/07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS
PROJETOS DE LEI N°S 378/07 E 456/07

Art. 1° Será cassada a eficácia da inscrição junto ao Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS dos estabelecimentos que forem flagrados comercializando, adquirindo, distribuindo, transportando, estocando ou revendendo produtos oriundos de cargas ilícitas, furtadas ou roubadas.

Art. 2° A falta de regularidade da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 3° O Poder Executivo divulgará, através do Diário Oficial do Estado do Paraná, a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e endereços de funcionamento.

Art. 4° Com a cassação da inscrição estadual ficam vedadas:

I - a restituição ou autorização para o aproveitamento como crédito fiscal do valor do imposto que tiver sido utilizado como crédito pelo estabelecimento destinatário;

II - a restituição ou autorização para aproveitamento de saldo de crédito existente na data do encerramento das atividades de qualquer estabelecimento;

III - a transferência de saldo de crédito de um estabelecimento para outro;

IV - a restituição ou amortização para o aproveitamento como crédito fiscal do valor do imposto pago a maior, no regime de substituição tributária com centralização de cobrança que resultar como crédito de revenda de produtos provenientes de cargas roubadas, conforme definida em legislação federal.

Art. 5° O Poder Executivo Estadual no uso de sua competência exclusiva, regulamentará a presente lei, permitindo a eficácia de seus dispositivos voltados ao combate sistêmico ao roubo de cargas.

Art. 6° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/08/07
(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 378/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei n° 378/07, em análise, de autoria do Deputado Ney Leprevost, determina a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS das empresas que forem flagradas adquirindo ou comercializando pelas e acessórios automotivos de origem ilícita, furtadas ou roubadas.

Trata-se de proposição que atende ao interesse público social, visto que o projeto objetiva coibir a prática ilícita de aquisição e comercialização de peças automotivas.

No tocante às prerrogativas desta Comissão, concluímos que o projeto de lei encontra-se de acordo com a legislação em vigor.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/07/07.
(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Para Encaminhamento)

Eu me recordo que quando era Vereador de Curitiba, em certa ocasião o Secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazzari, procurou a mim e ao eminente Vereador André Passos, hoje advogado, não foi candidato a reeleição, por sinal um competente advogado, e solicitou a elaboração de um projeto de lei que estabelecesse a cassação do alvará de funcionamento daqueles estabelecimentos

comerciais que estivessem comprovadamente sendo utilizados para a prática criminosa, específica da venda, da receptação e venda de mercadorias roubadas. Foi uma maneira de o Legislativo Municipal colaborar, diante daquilo que a Constituição lhe permite, com a Segurança Pública no nosso Estado. Nós elaboramos aqui um projeto semelhante, e agradeço V. Exa. por tê-lo colocado na pauta no dia de hoje. Esse projeto que será votado a seguir tem como principal objetivo cassar a eficácia da inscrição junto ao cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações às empresas que foram flagradas adquirindo ou comercializando peças e acessórios automotivos de origem ilícitas, furtadas ou roubadas.

O projeto recebeu parecer favorável da CCJ, parecer favorável da Comissão de Finanças com uma emenda bastante apropriada dos Deputados Edson Strapasson e Dobrandino, e também recebeu parecer favorável da comissão do Deputado Douglas Fabrício.

Veja bem, Sr. Presidente, não são poucos os casos em que acontecem furtos ou roubos de veículos com intuito de venderem determinadas peças desses veículos, que são desmanchados aqui em Curitiba ou na Região Metropolitana. Recordo que numa época havia até uma rua, em Curitiba, que era chamada “rua dos desmanches”, onde a pessoa, quando não encontrava na concessionária determinada peça, ia nessa rua e comprava numa loja aparentemente que estava dentro da lei, mas vendia produtos roubados.

É muito comum utilizarem a tribuna da Assembleia Legislativa, e já fiz várias vezes, para cobrar mais Segurança Pública, um combate mais efetivo contra a criminalidade na Cidade de Curitiba ou no Estado do Paraná. Mas quando podemos dar a nossa contribuição também legislando em prol da Segurança Pública, isso se faz bastante positivo, pois vem somar com os esforços que a Secretaria da Segurança Pública empreende através das delegacias especializadas e dos demais órgãos de policiamento.

Faço o encaminhamento favorável à aprovação desse projeto e favorável também à aprovação da emenda apresentada pelos Deputados Edson Strapasson e Dobrandino da Silva.

Peço à Bancada do Governo e a da Oposição para se unirem e aprovarem essa lei, que é uma lei antidesmanche.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. Os Deputado que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/08, de autoria do Deputado Mário Roque, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia da Pintura, a ser comemorado no dia 1º de agosto. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Aprovado. (Publ. no DA nº 001/08 de 12/02/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 007/08

P A R E C E R :

1. Do Substituto Geral

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mário Roque, tem por escopo, instituir no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia da Pintura, a ser comemorado no dia 1º de agosto, porém apresentamos substitutivo geral, criando o Dia do Pintor.

2 - Fundamentação

O projeto de lei em análise tem o objetivo instituir o dia do pintor no calendário oficial do Estado do Paraná, apresentando substitutivo geral, alterando “o dia da pintura” para o “dia do pintor.”

Assevera o artigo 51, parágrafo 6º do Regimento Interno:

Art. 51. O membro da comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de 10 dias para apresentação de seu parecer escrito.

§6º A qualquer dos membros da comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordando do parecer do Relator, será concedida vista da proposição, pelo prazo improrrogável de três dias e, sobre ela poderá emitir voto em separado, por escrito, se assim o desejar;

§ 15. Integrarão o parecer substitutivo, emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da comissão;

Portanto, o voto separado, com substitutivo geral, possui legitimidade e legalidade.

Conclusão

Diante do exposto, com fulcro no artigo 51, parágrafos 6º e 15 do Regimento Interno, na condição de membro titular da Comissão de Constituição e Justiça, apresento voto em separado ao parecer do projeto de lei, relatado pelo Deputado Luiz Carlos Martins, pelos fundamentos expostos, com substitutivo geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 007/08

Fica alterada a redação do Projeto de Lei nº 007/08, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Dia do Pintor, a ser comemorado no dia 1º de agosto em todo Estado do Paraná.

Art. 2º A data estipulada pelo artigo anterior deverá fazer parte do calendário oficial Estadual de eventos e comemorações.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Queria transmitir a esta Casa uma grande realização feita pelo Prefeito interino de Londrina, José Roque. Ele fez uma grande cerimônia em seu gabinete, com várias autoridades, para assinar um decreto, que certamente será notícia no Brasil e quem sabe no exterior, proibindo o povo de dar comida aos pombos. E quem for pego dando comida aos pombos será multado em R\$ 1 mil.

Pensei que ele fosse resolver os problemas de Segurança Pública, da falta de emprego, da área de Saúde. Em Londrina, pombo não come mais.

Muito obrigado.

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1684, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Consultei a nossa bancada e ela é favorável. É um convite e a autoridade aceita se quiser.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Diga-se de passagem, um convite bastante respeitoso, feito por parte dos Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito respeitoso. Eu penso que, certamente, o Secretário vai aceitar o convite. Poderá promover um debate sobre o tema. A data, obviamente, poderá ser definida por esta Presidência. Entendo que é importante e oportuno. A bancada entende que é necessário promover este debate. Por isso, encaminhamos favoravelmente à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1700, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1697, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1698, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1695, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira dia 27, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 115/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 378, 007/08.

Levanta-se a Sessão.